Observatório de Conflitos

Dossiê de Conflitos Contemporâneos

volume 1, número 1, 2020

GEDES
GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA
E SEGURANÇA INTERNACIONAL

ISSN 2763-6518

Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES)

jun./set. 2020

Dossiê de Conflitos Contemporâneos

Volume 1, número 1

ISSN 2763-6518

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS

Coordenação

Eduardo Mei e Héctor Luis Saint-Pierre

Conselho Editorial

Vitória Totti Salgado

Corpo Editorial

Getúlio Alves de Almeida Neto

Laurindo Paulo Ribeiro Tchinhama

Leonardo Rodrigues Taquece

Maria Aparecida Felix Mercadante

Design e Diagramação

Leonardo Rodrigues Taquece e Maria Aparecida Felix Mercadante

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais 'San Tiago Dantas'

(Unesp, Unicamp, PUC-SP)

Site: www.santiagodantas-ppgri.org

E-mail: relinter@unesp.br

GEDES
GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA E SEGURANÇA INTERNACIONAL

Observatório de Conflitos

Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES)

jun./set. 2020

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS

O **Dossiê de Conflitos Contemporâneos** é fruto da ideia discutida pelos membros do Observatório de Conflitos do GEDES - Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional da Unesp – como espaço de divulgação da pesquisa realizada pelos pesquisadores do grupo. O Dossiê de Conflitos Contemporâneos é uma publicação quadrimestral, exclusivamente realizada por mídias digitais, que pretende publicar contribuições de acadêmicos e pesquisadores de conflitos nacionais, transnacionais e internacionais da contemporaneidade. A presente edição refere-se ao período de junho a setembro de 2020.

O trabalho realizado pelo Observatório de Conflitos tem como objetivo identificar, compreender, contextualizar, categorizar e antecipar conflitos armados nacionais, transnacionais e internacionais da contemporaneidade, visando divulgar a informação resultante dessas atividades para a comunidade acadêmica e científica e outros setores da sociedade. Por meio da coleta de dados e da produção de análises, o Observatório almeja tornar-se referência de base de dados confiáveis e atualizados sobre conflitos armados nos cinco continentes, para os públicos nacional e internacional.

Facebook: facebook.com/observatoriodeconflitos
Twitter: @oc_gedes
Site: https://gedes-unesp.org/observatoriodeconflitos

SUMÁRIO

EDITORIAL **2**
Eduardo Mei e Héctor Luis Saint-Pierre

O BURUNDI E A PERSISTÊNCIA DOS CONFLITOS INTERNOS **4**
João Vitor Tossini

O COMPLEXO E MULTIFACETADO CONFLITO NO MALI **12**
Maria Carolina Chiquinatto Parenti

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO EM FOCO **20**
Laurindo Paulo Ribeiro Tchinhama e Jéssica Tauane dos Santos

OS CONFLITOS NO SUDÃO: O CASO DE DARFUR **27**
Ligia Maria Caldeira Leite de Campos

DA GUERRA À DEMOCRATIZAÇÃO **34**
Laurindo Paulo Ribeiro Tchinhama

O CONFLITO ARMADO NA COLÔMBIA **41**
Leonardo Rodrigues Taquece e Maria Aparecida Felix Mercadante

CONFLITO NO NORTE DO PARAGUAI: ENTRE A FORÇA-TAREFA CONJUNTA E O EXÉRCITO DO POVO PARAGUAIO **49**
Vitória Totti Salgado

GUERRA CIVIL NO LESTE DA UCRÂNIA **55**
Getúlio Alves de Almeida Neto e Danielle Amaral Makio

AS CRISES DO LÍBANO **61**
Ana Clara Figueira Guimarães e Jéssica Tauane dos Santos

EDITORIAL

É com imensa satisfação que trazemos à lume o primeiro número do nosso Dossiê. O Observatório de Conflitos foi criado com o propósito de estudar e difundir informações atualizadas acerca dos conflitos que deflagram no mundo contemporâneo. Ou, conforme as palavras do nosso portal: "o Observatório de Conflitos dedica-se a identificar, compreender, contextualizar e antecipar conflitos nacionais e internacionais, visando contribuir com a difusão do conhecimento sobre os conflitos contemporâneos." Essa iniciativa visa preencher uma grave lacuna na informação disponível nos meios de comunicação de massa e a pouca atenção conferida aos conflitos mesmo nos círculos acadêmicos. De fato, embora os conflitos e a violência latente ou flagrante que os acompanha tenham um inquestionável interesse humano, são poucos os conflitos que rompem a barreira dos interesses dominantes representados nos *mass media* e ganham a devida visibilidade. Ademais, frequentemente, quando essa barreira é rompida, a origem histórica dos conflitos é omitida e as causas e interesses que os promovem deliberadamente ocultados. De maneira sórdida, os conflitos e os grupos humanos neles envolvidos são "naturalizados", hipostasiados, e as decorrentes mortes banalizadas. Em suma, os conflitos são distorcidos e deturpados, estigmatizando os grupos envolvidos e transformando as vítimas do conflito em frios números que ocultam o sangue, a dor e o sofrimento de famílias dilaceradas. Entretanto, os interesses que sempre lucram com a guerra, ganhe quem ganhar, e por isso as fomentam, brincam alegremente com suas ações em Wall Street.

O Observatório de Conflitos almeja humanizar as vítimas, dando voz e visibilidade aos grupos envolvidos direta e indiretamente nos conflitos. Com esse objetivo buscamos "desnaturalizar" os conflitos, tratando-os como fenômenos histórico-sociais, tentando iluminar os interesses que operam por detrás das guerras e as perpetuam. Não deve causar estranheza, portanto, que 8 dos 9 estudos que ora apresentamos ocorram em ex-colônias europeias e a exceção deva-se ao atrito entre os movimentos recentes de expansão do capital europeu e os interesses russos na Ucrânia. Não obstante a acumulação de capital tenha deixado um indelével rastro de sangue da expropriação violenta de bens alheios, a violência e os conflitos adquirem novas e variadas formas: a brutal colonização europeia gerou, aguçou ou metamorfoseou conflitos ancestrais, amalgamando-os a uma

nova roupagem, investida de ideias e ideologias forjadas na Europa e empunhando a letalidade dos armamentos da era industrial.

Os contornos territoriais dos conflitos tratados nesse dossiê são um produto da expansão europeia, conquista e pilhagem do "novo mundo" ou o efeito do colapso de antigos impérios fraturados pelas guerras "europeias" do século XX. As fronteiras e o que elas incluem ou excluem são seus traçados artificiais. Burundi, Colômbia, Congo, Mali, Paraguai, Sudão e Uganda inscrevem-se no primeiro tipo; Líbano e Ucrânia, no segundo. Sequelas da pilhagem colonial, disputas étnicas e religiosas, conflitos ideológicos e interesses econômicos misturam-se em conflitos latentes ou flagrantes e em variados graus de violência. A disputa selvagem por recursos naturais e *commodities* de elevado valor – ampliada pelo vertiginoso crescimento chinês e as disputas que ele suscitou – e os efeitos catastróficos do colapso ambiental agravam e multiplicam os conflitos já existentes amplificando suas nefastas consequências em cada vez maiores e insolúveis crises humanitárias. Não há sinais de pacificação no horizonte. O nosso Observatório continuará atento aos Conflitos antigos e novos, acumulando um acervo de informações e análises que permitam a sua compreensão e, oxalá, o seu enfrentamento ou ao menos sua mitigação.

Eduardo Mei & Héctor Luis Saint-Pierre
Coordenadores do Observatório de Conflitos

O BURUNDI E A PERSISTÊNCIA DOS CONFLITOS INTERNOS

João Vitor Tossini[1]

Fonte: MOORE, 2019.

O Burundi foi por mais de quatro décadas um mandato colonial da Bélgica, estabelecido pela Liga das Nações após a Primeira Guerra Mundial. Durante esse período, as rivalidades entre os dois principais grupos étnicos do Burundi, os Hutus e os Tutsi, foram fomentadas pela potência europeia, criando uma acentuada hostilidade. A mesma prática foi implementada em Ruanda, que até 1962 era administrada em conjunto com Burundi, sendo os dois países constituintes do protetorado belga de "Ruanda-Urundi". Nos anos de domínio belga, parcela do grupo étnico Tutsi foi privilegiada pela força imperial para a ocupação de posições administrativas na organização colonial. Apesar da Bélgica utilizar estruturas locais de governança, a prática colonial simplificou o complexo sistema local ao dar preferência aos Tutsis e marginalizar a maioria Hutu. Dessa forma, criou-se uma das principais divisões que gerariam inúmeros conflitos internos no Burundi e em Ruanda (LONGFORD, 2005).

Em 1962, o Burundi conquistou sua independência da Bélgica como uma monarquia constitucional. A primeira eleição parlamentar do recém-independente Reino

[1] Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais 'San Tiago Dantas' (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). E-mail: vitor.tossini@unesp.br

do Burundi resultava na vitória dos partidos de origem Hutu. Contudo, o monarca Mwami Mwambutsa IV, de origem Tutsi e constitucionalmente responsável por escolher o Primeiro Ministro, ignorou as urnas e apontou um Tutsi para o cargo. Assim, foi iniciado um longo período de instabilidade política, primeiramente marcado por uma tentativa fracassada de golpe de Estado por parte das forças policiais, nas quais os Hutus eram predominantes, em 1965. O Exército, composto em sua maioria por Tutsis, respondeu com uma série de expurgos direcionados aos militares Hutus e ataques contra civis, causando a morte de 5 mil indivíduos (PERI, 2006).

No ano seguinte, em resposta à tentativa de tomada do poder por parte dos Hutus, um golpe de Estado liderado pelo então capitão, e recém-empossado Primeiro Ministro, Michel Micombero, da etnia Tutsi, obteve sucesso e instaurou uma república. Micombero aboliu os demais partidos políticos, estabelecendo o unipartidarismo na República do Burundi. Os dez anos de governo Micombero seriam marcados pelo autoritarismo governamental baseado principalmente no apoio da etnia Tutsi (CHRÉTIEN, 2008). Em 1972, eclodiu uma revolta Hutu no sul de Burundi que atingiu rapidamente outras regiões. Como resposta, o governo iniciou uma campanha de repressão que resultou em aproximadamente 150 mil Hutus mortos, forçando outros milhares a deixar o Burundi em direção aos países próximos. A ação de Micombero foi caracterizada internacionalmente como um genocídio contra os Hutus (USIP, 2004; PERI, 2006).

Nesse contexto, durante o genocídio de 1972, os Estados Unidos se limitaram a enviar ajuda humanitária e evitar ações que pudessem ser interpretadas como simpáticas aos Hutus. Parte dos oficiais norte-americanos não consideravam o Burundi como um ator relevante para a política externa do país e, temendo o avança da influência soviética, buscavam evitar atritos com o governo liderado pelos Tutsis. Assim, era patente a ausência de uma severa resposta internacional com medidas econômicas ou políticas contra o governo Micombero, especialmente por parte dos Estados Unidos, um dos principais parceiros comerciais do Burundi, o que também se repetiria de modo similar no futuro (TAYLOR, 2012).

Quatro anos depois do início da política contra os Hutus, em 1976, Micombero, crescentemente impopular entre partes da base militar, sofreu um golpe de Estado liderado pelo Coronel Jean-Baptiste Bagaza, igualmente da etnia Tutsi. Bagaza manteve o sistema de partido único, estabeleceu eleições em 1981 para legitimar o seu governo e limitou a liberdade religiosa da população (YOUNG, 2010). Ademais, Bagaza colocou fim à política repressiva contra os Hutus, amplamente adotada por Micombero (USIP, 2004). O governo de Bagaza seria derrubado em 1987 quando este, por sua vez, sofreu

um golpe por parte do Major Pierre Buyoya, da etnia Tutsi, representando descontentamentos dentro do Exército em relação às políticas de Bagaza.

O regime de Buyoya não divergiu dos seus predecessores, mantendo um governo autoritário e unipartidário por meio de um Comitê de Salvação Nacional. Nesse cenário, em 1988, uma revolta Hutu resultou em violenta resposta governamental, levando ao massacre de aproximadamente 20 mil indivíduos, majoritariamente dessa etnia. Nos anos seguintes, devido às pressões internacionais, Buyoya adotou uma política moderada, com a admissão de Hutus nos cargos governamentais, incluindo no posto cerimonial de Primeiro Ministro. Contudo, Buyoya negou a representação proporcional aos Hutus, o que significaria um governo de minoria Tutsi.

O tom relativamente moderado de Buyoya, após os massacres de 1988, gerou descontentamento de parte dos Tutsis no governo e no Exército. Apesar disso, o presidente se manteve no poder e prosseguiu com políticas conciliadoras. Em fevereiro de 1991, uma Carta de União Nacional foi aprovada pela população em referendo, prevendo o fim do regime ditatorial, instauração de nova constituição e medidas para melhoria das relações entre os Hutus e Tutsis, incluindo direitos iguais e a condenação da violência étnica. No ano seguinte, em 1992, ministros e militares Tutsis participaram de uma tentativa fracassada de golpe de Estado visando evitar novas reformas. Nesse mesmo ano, com o apoio de diversos países da comunidade internacional, incluindo os membros do Conselho de Segurança da ONU, (USIP, 2004) foi decretado o fim do sistema unipartidário e a adoção de uma constituição com o poder investido em um presidente com mandato de cinco anos, com eleições agendadas para junho de 1993 (UNHCR, 2004).

As eleições gerais de junho de 1993 resultaram na vitória do candidato Melchior Ndadaye da etnia Hutu, colocando fim a três décadas do domínio político dos Tutsis. Em julho, uma tentativa fracassada de golpe ocorreu por parte do Exército, dominado por Tutsis e apoiadores do antigo presidente Buyoya. Em outubro de 1993, o presidente Ndadaye foi assassinado por soldados Tutsis durante um golpe de Estado, dando início a um período de guerra civil que seria marcada pelo genocídio mútuo entre as etnias". Entre outubro de 1993 e a redução da violência armada nos anos 2004 e 2005, o saldo foi de no mínimo 150 mil indivíduos mortos e quase um milhão de refugiados (UNHCR, 2004). Após a violência inicial, entre os anos de 1994 e 1996 ocorreram tentativas da criação de governos com a participação de ambos os grupos étnicos (HUMAN RIGHTS WATCH, 2001). O fracasso dessas empreitadas levou ao enfraquecimento da autoridade estatal e ao aumento da radicalização de grupos Hutus e Tutsis.

Em 1996, o ex-presidente Buyoya, responsável pela transição democrática de 1993, liderou um golpe de Estado visando restabelecer a legitimidade do governo e buscar uma solução pacífica para a guerra civil. Todavia, Buyoya rapidamente foi visto como ilegítimo pela maioria dos Hutus, levando à escalada do conflito. Dois anos depois, Buyoya iniciou negociações de paz que resultaram nos Acordos de Arusha de agosto de 2000 que previam, dentre outras questões, o estabelecimento de governo com participação Tutsi e Hutu. Apesar do Governo de Burundi, partidos políticos e grupos paramilitares Hutus e Tutsis assinarem os acordos, certos grupos radicais de ambos os lados se recusaram a fazê-lo. Em 2001, um governo de transição foi estabelecido e iniciou-se tratativas para um novo acordo entre o governo e o maior grupo de rebeldes Hutus, o "Conselho Nacional para a Defesa das Forças Democráticas" (CNDD-FDD). O acordo foi firmado em 2003. Neste mesmo ano, ocorreram eleições gerais e Domitien Ndayizeye, da maioria étnica Hutu, tornou-se presidente (BURUNDI, 2018). Em 2003, visando garantir a continuidade do processo de paz e o fim dos conflitos no país, a União Africana (UA) enviou uma força de paz ao Burundi intitulada "Missão da União Africana no Burundi" (AMIB). Adicionalmente, no ano seguinte, o Conselho de Segurança das Nações Unidas estabeleceu a "Operação das Nações Unidas no Burundi" (ONUB), estando ativa entre maio de 2004 e dezembro de 2006 (PERI, 2006). Mesmo com o fim da guerra civil, que custou a vida de cerca de 300 mil pessoas, casos de violência esporádica ocorreram nos anos de 2007 e 2008 (HEAVY..., 2008).

Em abril de 2015, o presidente Pierre Nkurunziza, da etnia Hutu e ligado ao CNDD-FDD, declarou intenção de concorrer a um terceiro mandato presidencial, após as vitórias nas eleições de 2005 e 2010. Opositores alegaram que a decisão de Nkurunziza e de seu partido era inconstitucional. Apesar de a Suprema Corte do país emitir decisão favorável ao presidente, seus membros alegaram terem sido pressionados pelo governo durante os dias anteriores à votação e alguns optaram por fugir do país (BURUNDI..., 2015). Nos dias seguintes, em 13 de maio, ocorreu uma tentativa fracassada de depor Nkurunziza, o que gerou forte resposta do governo. Perseguições políticas e restrição da liberdade de expressão retornaram ao centro da prática governamental. Com o crescimento de protestos contra o presidente, houve confrontos entre a população civil e militares. No fim de maio, era estimado que aproximadamente 100 mil pessoas haviam deixado o Burundi na condição de refugiados (KARIMI; KRIEL, 2015).

Apesar da pressão de órgãos internacionais, incluindo a UA e a Organização das Nações Unidas (ONU), o governo realizou eleições gerais no fim de junho, boicotadas pela oposição. Nkurunziza foi reeleito para o seu terceiro mandato. Nesse contexto, a UA

declarou a intenção de enviar tropas para o Burundi visando proteger os civis da violência entre o governo e grupos opositores. O presidente eleito declarou que as forças da UA não eram bem-vindas no país (BURUNDI, 2018).

A vitória do presidente Nkurunziza nas eleições de julho de 2015 influenciou diretamente no agravamento da situação interna do Burundi. A crise constitucional transformou-se em conflito de baixa intensidade entre o governo e grupos rebeldes, levando 400 mil pessoas a deixarem o Burundi como refugiados entre 2015 e 2017. Concomitantemente, o cenário político e étnico voltou a polarizar o Exército que, desde o fim da Guerra Civil, implementou um programa de diversificação de seu efetivo e distanciamento de questões políticas, ao passo que participou de operações de manutenção da paz em outros países, ganhando reputação interna e externa. Desde 2015, o governo Nkurunziza iniciou uma política de perseguição e punição aos seus oponentes dentro das fileiras do Exército (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2017). Destarte, uma década de programas que objetivavam profissionalizar e despolitizar essa força militar foi lentamente corroída, gerando fissuras entre os seus diversos setores e colocando as Forças Armadas do Burundi de volta ao centro da política nacional.

Visando legitimar a sua continuidade no governo, Nkurunziza estabeleceu a realização de um referendo em maio de 2018, que previa a possibilidade de sua continuidade no cargo até 2034 (BURUNDI, 2018). A vitória de Nkurunziza no referendo constitucional de 2018 foi marcada pela suspeita de coação, repressão e assassinato de ao menos 15 opositores (AS BURUNDIANS..., 2018). Diante desse quadro volátil no âmbito civil e militar, aproximadamente 1,200 pessoas morreram entre 2015 e 2018 em embates (BURUNDI, 2018). Nesse período, após a ONU pedir para que a Corte Penal Internacional investigasse as violações aos Direitos Humanos no país, Nkurunziza retirou o país da jurisdição da Corte (DAHIR, 2020).

O conflito mais recente, iniciado pelo desejo do presidente de continuar no cargo, se prolonga com o surgimento de pequenos grupos rebeldes com organização similar aos grupos rebeldes existentes nos anos de guerra civil (UPPSALA, 2020). Com um crescente desgaste político, em junho de 2018, Nkurunziza anunciou que não concorreria nas eleições gerais de 2020 (NIMUBONA, 2018).

O Major-General Evariste Ndayishimiye, da mesma etnia Hutu e partido de Nkurunziza, foi oficialmente declarado como o vencedor da eleição presidencial em maio de 2020 (GEN. EVARISTE..., 2020). Contudo, a campanha eleitoral foi marcada pela violência, prisões arbitrárias e intimidação de opositores por parte do governo Nkurunziza, apoiador de Evariste. Assim, entre janeiro e março, ocorreram 81 mortes ou

execuções extrajudiciais, mais de 20 casos de tortura, 204 prisões arbitrárias, dentre outras violações grandemente associadas aos apoiadores de Evariste (DAHIR, 2020). Além disso, no dia de votação, foram relatadas pela Iniciativa de Direitos Humanos do Burundi (*Burundi Human Rights Initiative*) práticas irregulares como a ocorrência de coerção, prisão de membros da oposição e a votação múltiplas vezes de membros do partido de Nkurunziza. (BHRI, 2020). Por fim, utilizando-se das políticas de isolamento derivadas da pandemia da COVID-19, o governo do Burundi promoveu uma eleição geral sem observadores internacionais – representantes de outros Estados ou organizações que fiscalizam a condução do processo eleitoral –, aprofundando dúvidas sobre sua legitimidade e contestações dos partidos de oposição, predominantemente Tutsis (DAHIR, 2020).

Com o exposto acima, desde sua independência, o Burundi possui um histórico marcado por conflitos internos entre as suas duas principais etnias, os Hutus e os Tutsis. Depois de mais de quatro décadas, essas partes gradativamente buscaram acordos que reestabeleceram uma política de convivência étnica e relativa estabilidade política. Assim, entre meados dos anos 2000 até 2014, o Burundi passou por um período de relativa estabilidade, redução da violência étnica e profissionalização de suas Forças Armadas. Contudo, em 2015, contrariando a constituição, o Presidente Nkurunziza anunciou a sua participação nas eleições gerais visando um terceiro mandato. A vitória de Nkurunziza em uma votação questionada interna e externamente resultou em protestos civis e na retomada de conflitos esporádicos e de baixa intensidade ao redor do país, assim como na polarização das forças militares. Da mesma forma, as eleições presidenciais de 2020 foram caracterizadas pela violência e perseguição política que favoreceram o vencedor, Evariste Ndayishimiye, protegido de Nkurunziza.

Com a morte de Nkurunziza em junho de 2020, após um ataque cardíaco, seu sucessor não poderá contar com a apoio de uma figura que dominou a política do Burundi por 15 anos e elevou-se ao posto de "Guia Supremo do Patriotismo" durante seus turbulentos anos no governo (PIERRE..., 2020). Empossado em junho do mesmo ano, o novo Presidente eleito assumiu o cargo com sua legitimidade questionada devido às eleições duvidosas e sem o apoio de uma personalidade tradicional da política nacional. Concomitantemente, Evariste Ndayishimiye possivelmente desfrutará de maior autonomia com a ausência de seu aliado político.

Em julho de 2020, com apenas algumas semanas no poder, Ndayishimiye foi acusado de retomar as práticas de seus antecessores, incluindo a perseguição e prisão arbitrária de seus opositores políticos, além de estimular o fortalecimento das alas radicais

de seu partido (KLEINFELD, 2020). Assim, o início desse "novo" período da política nacional do Burundi apresenta as violentas e antidemocráticas características que marcam a política do país desde sua independência e auxiliam na persistência dos seus conflitos internos.

REFERÊNCIAS

AS BURUNDIANS wait for referendum results HRW says 15 killed in campaigns. **The East African**. 18 May 2018. Disponível em: https://www.theeastafrican.co.ke/news/ea/Burundi-referendum-results-human-rights-watch/4552908-4568226-v07738/index.html. Acesso em: 23 maio. 2020.

BHRI. **Burundi Election Statement: International inertia as election tensions flare in Burundi**. 18 May 2020. Disponível em: https://burundihri.org/rep/Statement-18-May-2020-Engl.pdf. Acesso em: 30 maio, 2020.

BURUNDI court backs President Nkurunziza on third-term. **BBC**. 5 May, 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-africa-32588658. Acesso em 26 maio. 2020.

BURUNDI profile – Timeline. **BBC**. 3 Dec., 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-africa-13087604. Acesso em: 27 maio. 2020.

CHRÉTIEN, Jean-Pierre. Micombero, Michel. In: GATES, Louis, Jr.; AKYEAMPONG, Emmanuel K. (eds.). **Dictionary of African Biography**. Oxford: Oxford University Press. 2008.

DAHIR, Abdi Latif. Burundi Turns Out to Replace President of 15 Years, Pandemic or No. May 20, 2020. **The New York Times**. Disponível em: https://www.nytimes.com/2020/05/20/world/africa/burundi-election.html. Acesso em 1 jun. 2020.

GEN. EVARISTE Ndayishimiye Is New President Of Burundi. **TAARIFA**. 25 May 2020. Disponível em: <https://taarifa.rw/gen-evariste-ndayishimiye-is-new-president-of-burundi/> Acesso em 02 jun. 2020.

HEAVY shelling in Burundi capital. **BBC**. 18 Apr., 2008. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/7354005.stm. Acesso em: 27 maio. 2020.

HUMAN RIGHTS WATCH. **To Protect the People: the Government-sponsored "self-defense" program in Burundi**. December 2001, Vol. 13, No. 7(A). Disponível em: https://www.hrw.org/reports/2001/burundi/burundi1201.pdf. Acesso em: 30 ago. 2018

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Burundi**: The Army in Crisis. Report nº247/Africa. 5 April 2017. Disponível em: https://www.crisisgroup.org/africa/central-africa/burundi/247-burundi-army-crisis. Acesso em: 26 maio. 2020.

LONGFORD, Peter. The Rwandan Path to Genocide: The Genesis of the Capacity of the Rwandan Post-colonial State to Organise and Unleash a project of Extermination. **Civil Wars Vol**. 7 n. 3, 2005.

MOORE, Phill. **Soldados do Exército do Burundi na periferia de Bujumbura em 2019**. 1 fotografia. AFP. Disponível em: https://www.gettyimages.com.br/detail/foto-jornal%C3%ADstica/army-soldiers-stand-on-the-main-road-in-the-cibitoke-foto-jornal%C3%ADstica/472761860?adppopup=true. Acesso em: 1 jun. 2020

NIMUBONA, Desire. Burundi President Pierre Nkurunziza Pledges to Step Down in 2020. **Bloomberg.** 7 de Junho de 2018. Disponível em: https://www.bloomberg.com/news/articles/2018-06-07/burundi-president-pierre-nkurunziza-pledges-to-step-down-in-2020. Acesso em 1 jun. 2020.

KARIMI, Faith; KRIEL, Robyn. Burundi: Leaders of attempted coup arrested after President's return. **CNN**. 20 May, 2015. Disponível em: https://edition.cnn.com/2015/05/15/africa/burundi-coup-leaders-arrested/index.html. Acesso em: 29 maio. 2020.

KLEINFELD, Philip. What a new president means for Burundi. **The New Humanitarian**. 29 July, 2020. Disponível em: https://www.thenewhumanitarian.org/analysis/2020/07/29/Burundi-president-Nkurunziza-Ndayishimiye. Acesso em 30 ago. 2020.

PERI. Burundi (1993-2006). **Modern Conflicts: Conflict Profile**. University of Massachusetts Amherst, 2006. Disponível em: http://www.peri.umass.edu/fileadmin/pdf/dpe/modern_conflicts/burundi.pdf. Acesso em 19 maio 2020.

PIERRE Nkurunziza, presidente do Burundi, morre de ataque cardíaco. **G1**, 09 de junho de 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/09/pierre-nkurunziza-presidente-do-burundi-morre-de-ataque-cardiaco.ghtml. Acesso em 10 jun. 2020.

TAYLOR, Jordan D., **The U.S. response to the Burundi Genocide of 1972**. Masters Theses. JMU Scholarly Commons/James Madison University, Spring 2012.

UNHCR. **Chronology for Hutus in Burundi**. Minorities at Risk Project, 2004. Disponível em: https://www.refworld.org/docid/469f38731e.html. Acesso em: 20 maio. 2020.

USIP. **International Commission of Inquiry for Burundi: Final Report**. United States Institute of Peace, USIP Library. January 13, 2004.

UPPSALA. **Country: *Burundi***. Uppsala Conflict Data Programme (UCDP). Disponível em: https://ucdp.uu.se/#country/516. Acesso em 21 maio. 2020.

YOUNG, Eric. Jean-Baptiste Bagaza. In APPIAH, Kwame Anthony; GATES, Henry Louis (eds.). **Encyclopedia of Africa**. i. Oxford: Oxford University Press. 2010. p. 146

O COMPLEXO E MULTIFACETADO CONFLITO NO MALI

Maria Carolina Chiquinatto Parenti[1]

Fonte: MAGHAREBIA, 2012

O Mali vem enfrentando uma série de conflitos em sua história recente. Localizado na porção ocidental do continente africano, o Mali se situa na região do Sahel e é um dos países mais pobres do mundo[2]. Aliado ao fato de ter tido uma independência tardia, deixando de ser colônia francesa em 1960, uma série de questões que envolvem desde o próprio governo até a diversidade de grupos étnicos e a presença de grupos armados fizeram com que o país fosse palco de grave instabilidade política, econômica e social (PARENTI, 2020).

O país está dividido em oito regiões administrativas (Timbuktu, Gao, Kidal, Mopti, Ségou, Sikasso, Kayes, Koulikoro) e a capital Bamako, e faz fronteira com

[1] Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP – UNICAMP – PUC-SP). E-mail: mc_parenti@hotmail.com.

[2] Apresentando uma crítica condição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humanos (IDH) – 0,427 em 2018 –, o Mali é um dos 25 países mais pobres do mundo (HUMAN DEVELOPMENT INDICATORS, 2019).

Argélia, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné, Mauritânia, Níger e Senegal. O idioma oficial é o francês e os malineses são majoritariamente islâmicos. Com população de cerca de 18,54 milhões de pessoas, o Mali ainda abriga uma grande quantidade de etnias, como Bambara, Malinke, Sonike, Tuaregues, Moorish, Fulani, Songhay, Dogon e Peuhl (DUARTE, 2013).

Dentre as etnias presentes na sociedade, destacam-se os tuaregues, um grupo nômade minoritário que vive de forma pastoril na região norte do país (Gao, Timbuktu e Kidal), além do sul da Argélia e sudoeste da Líbia, Níger, Mauritânia e Burkina Faso. Historicamente, os tuaregues sempre foram negligenciados pelo governo, tornando-se cada vez mais marginalizados e discriminados. Isso despertou um desejo pela independência da região e pela criação de um Estado autônomo, o Azawad (VELÁSQUEZ, 2014).

De modo a concretizar seus objetivos, a etnia se organizou em vários grupos e realizou revoltas pelo país, em que se destacam as realizadas em 1962, 1990, 2006 e 2012. Diante disso, foram efetuadas algumas tentativas de acordo entre a etnia e o governo, mas sem muito sucesso, levando à deterioração da situação e à escalada da violência. A primeira grande revolta aconteceu logo após a independência do Mali e ainda não havia um movimento unificado entre eles. O governo lançou uma forte ofensiva contra a etnia em 1963, derrotando-os militarmente, o que ocasionou a fuga de muitos refugiados principalmente para a Argélia, Mauritânia e Líbia (KEITA, 1998).

Os anos seguintes também foram conturbados. Em 1968, o primeiro presidente, Modibo Keita, foi deposto por um golpe militar e quem assumiu o governo foi o Tenente Moussa Traoré. Ademais, o Sahel passou por um longo período de seca nas décadas de 1970 e 1980. Aliado a isso, novas agitações voltaram a ocorrer, resultando na segunda grande revolta. Nesse momento, já havia uma resistência formada, e a revolta de 1990 contou com a participação de grandes grupos que lutavam para a formação do Azawad (GAASHOLT, 2013; KRINGS, 1995).

Sem capacidades para lutar e conter os avanços dos grupos, o governo ofereceu um acordo em 1991, o Acordo de Tamanrasset, que garantia autonomia para a região de Kidal (que se tornou nesse momento a oitava região administrativa) e a formulação de programas de desenvolvimento da região norte. No entanto, ele nunca foi cumprido. A situação no país resultou em um novo golpe de Estado em março de 1991 e Amadou Toumani Touré assumiu o governo de transição. Ele não estava interessado em cumprir o Acordo, mas mesmo assim decidiu discutir os arranjos políticos. Esperava-se que isso estabilizasse o país, mas a revolta continuou a ocorrer e os tuaregues prosseguiram com

os ataques e, dessa vez, se utilizando de táticas de guerrilha (KLUTE, 2013; KRINGS, 1995).

Como consequência, foi assinado um novo acordo, o Pacto Nacional para a Paz no Norte em abril de 1992, em Bamako, que determinava a integração da etnia nas forças armadas e nos serviços administrativos do país. Mesmo apresentando problemas e a integração nos aspectos sociais e econômicos não ter sido alcançada, o Pacto firmou uma paz que, embora frágil, perdurou por dez anos (GAASHOLT, 2013).

O conflito voltou a emergir em 2006 quando os rebeldes acusaram o governo de não cumprir com as disposições previstas no Pacto e após cerca de 60 tuaregues pertencentes ao exército malinês abandonarem seus cargos sob alegação de discriminação. O governo ofereceu um novo acordo baseado no Pacto Nacional, mas que também não foi implementado. O conflito permaneceu até 2009, quando o governo conseguiu derrotá-los militarmente, levando-os a fugir principalmente para a Líbia (DUARTE, 2013).

Em outubro de 2010, concretizou-se uma união entre os diversos grupos tuaregues que lutavam pela criação do Azawad por meio da formação do Movimento Nacional pela Libertação do Azawad (*Mouvement National pour la Libération de l'Azawad* – MNLA), um grupo separatista baseado em um sistema político que separa Estado e religião. Começaram então a ocorrer confrontos entre o MNLA e o governo no início de 2012 e a violência se intensificou, dando início à quarta grande rebelião (BLECK; MICHELITCH, 2015).

Nesse sentido, o ano de 2012 foi um período de grande instabilidade, uma vez que, aliado à violência tuaregue, a rebelião deixou o país mais propenso ao surgimento de grupos militantes islâmicos. Para manter o controle da região norte, os grupos separatistas se aliaram aos grupos extremistas para conseguir construir e manter um sistema administrativo. Porém, com interesses divergentes, os grupos jihadistas expulsaram os grupos tuaregues das principais cidades conquistadas, passando a colocar em prática seus próprios objetivos – instituir um Estado baseado nas leis fundamentalistas islâmicas (*Sharia)*. Nos anos de 2012 e 2013, a violência se intensificou ainda mais, com esses grupos realizando ataques em diversas partes do país (FRANCIS, 2013).

O conflito no Mali é dinâmico, o que constitui, portanto, um desafio a nomeação dos movimentos atuantes devido à sua volatilidade, com novas alianças e surgimento de novos grupos. Ainda assim, alguns podem ser destacados. Na escalada do conflito atual, em 2012, os principais grupos islâmicos presentes no Mali à época eram Ansar Dine, Al Qaeda no Magreb Islâmico (*Al Qaeda in the Islamic Maghreb* – AQIM) e Movimento

para a Unidade e a Jihad na África Ocidental (*Movement for Unit and Jihad in West Africa* – MUJAO). Em agosto de 2013, o AQIM formou um novo grupo, o Al Mourabitoun, além de que em março de 2017, o Ansar Dine, a Frente de Libertação de Macina, Al Mourabitoun e AQIM anunciaram uma aliança conjunta sob um novo grupo armado, o Grupo para o Apoio ao Islã e aos Muçulmanos (*Groupe de Soutien à l'Islam et aux Musulmans* – GSIM). O GSIM constitui atualmente o grupo extremista mais atuante no Mali (RUPESINGHE; BOAS, 2019).

O mesmo ocorre em relação aos grupos armados tuaregues. Atualmente, tais grupos que lutam pela independência da região norte do Mali estão reunidos em torno de duas coalizações que se formaram em 2014: a Coordenação dos Movimentos do Azawad (*Coordination des Mouvements de l'Azawad* – CMA) e *Plataform* (Plataforma). A CMA é composta pelos grupos MNLA, Conselho Superior da Unidade do Azawad e Movimento Árabe do Azawad; enquanto a *Platform* ou é composta pela Coordenação de Movimentos e Frentes Patrocinados de Resistência, Coalizão Popular do Azawad e outra facção do Movimento Árabe do Azawad (UN, 2014).

Também em 2014, deu-se início a um diálogo entre as coalizões e o governo para cessar as hostilidades e, após várias rodadas de negociações, foi assinado o Acordo de Paz e Reconciliação do Mali entre o governo malinês e a coalizão dos grupos em 15 de maio de 2015. Tal situação só foi possível porque os grupos tuaregues e o governo se encontravam engajados em encontrar uma solução comum para o problema que vem afligindo o país há décadas. Todavia, o diálogo com os grupos fundamentalistas islâmicos permanecia um desafio, uma vez que continuam realizando ataques por diversas partes do país, o que dificultava ainda mais a estabilização do Mali (BOUTELLIS, 2015).

Devido ao constante agravamento da situação ao longo dos anos, o Mali demandou ajuda internacional. Foi instituída em 20 de dezembro de 2012 uma missão conjunta entre a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental e a União Africana, com apoio da ONU – a Missão Internacional Africana de Apoio ao Mali (*African-led International Support Mission to Mali* – AFISMA). Estabelecida para um período inicial de um ano, a AFISMA possuía como objetivos o restabelecimento da integridade territorial e proteção da população civil. Porém, devido à insuficiência de tropas e de financiamento, ela não obteve êxito e não conseguiu cumprir o seu mandato (WEISS; WELZ, 2014).

Posteriormente, sofreu intervenção da França a pedido do próprio governo, cujas tropas ainda permanecem no país. Assim, no momento em que os grupos jihadistas aumentaram sua área de atuação e assumiram o controle de importantes cidades em

meados de 2012, a França lançou a Operação Serval em janeiro de 2013 com o objetivo de impedir que os grupos extremistas passassem a controlar a capital e as demais regiões do país e de restaurar a integridade territorial do Mali. A Serval passou por uma configuração, sendo substituída pela Operação Barkahe em agosto de 2014, que atua com o objetivo de rastrear e conter grupos extremistas islâmicos por toda a região do Sahel (WEISS; WELZ, 2014).

Além disso, em fevereiro de 2013, a União Europeia se envolveu diretamente no conflito ao enviar ao país uma missão de treinamento para auxiliar as forças de defesa e segurança do Mali, a *European Union Training Mission in Mali* (EUTM-Mali). No âmbito regional, os governos de Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger formaram o Grupo dos Cinco do Sahel para aumentar a cooperação em virtude dos desafios de segurança na região (BOUTELLIS, 2015).

Diante da complexidade e do agravamento do conflito no Mali, a ONU desdobrou em 25 de abril de 2013 uma operação de paz, a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas de Estabilização no Mali (*Mission Multidimensionnelle Intégrée des Nations Unies pour la Stabilisation au Mali* – MINUSMA), que permanece até os dias atuais. O mandato da Missão possui, entre suas responsabilidades, o apoio ao processo político e à estabilização do país. O mandato ainda autorizou a utilização de todos os meios necessários para proteger o próprio mandato, as forças da ONU e a proteção aos civis contra qualquer tipo de violência física. A MINUSMA opera em um ambiente hostil e adota uma postura robusta, recorrendo ao uso da força para impor o mandato e, como o próprio nome indica, trata-se de uma operação multidimensional de estabilização. A AFISMA e a Serval foram operações simultâneas e, quando a AFISMA foi substituída pela MINUSMA, a operação da França e da ONU passaram a ocorrer também ao mesmo tempo (UN, 2013).

Mesmo diante de tais esforços e com alguns progressos – como a assinatura do Acorde de Paz e a realização de eleições (com Boubacar Keita sendo eleito presidente nas eleições de 2013 e reeleito em 2017) –, os embates não cessaram. Além de violações no cessar fogo, o Acordo contém problemas, uma vez que foi assinado em meio a combates e não abrange todas as partes em conflito, como os grupos fundamentalistas islâmicos. Esses grupos, a se destacar o GSIM, continuam a realizar ataques contra a população civil, o governo e a MINUSMA para concretizar seus objetivos, não tendo interesse em tal Acordo e tentando ruir com o processo de paz (BANCO, 2019).

Nesse sentido, a situação de segurança no Mali ainda é algo frágil e preocupante, continuando a se deteriorar. Como consequência das atividades dos grupos extremistas,

surgiram milícias de autodefesa e iniciou-se um ciclo de embates entre comunidades étnicas. Assim, a partir de 2016, além da violência na região norte, o conflito se estendeu para a região central do país, onde a violência intercomunitária cresceu significativamente, principalmente entre as etnias Dogon e Fulani. O aumento das tensões entre essas comunidades, que estão competindo pelo acesso aos recursos naturais, afeta ainda mais os civis, dificultando a estabilização do Mali (RUPESINGHE; BOAS, 2019).

A MINUSMA se encontra em um ambiente extremamente hostil e pode ser considerada uma nova categoria de missões de paz. A missão possui a tarefa de auxiliar o governo a restaurar a autoridade e o controle estatal na região norte. Isso os colocaram em confronto direto com a ameaça dos grupos armados, os quais ela considera como uma parte integrante do conflito. Nesse sentido, a MINUSMA é considerada uma missão parcial, que está apoiando o governo. Os constantes ataques contra a MINUSMA desde seu desdobramento tornaram a missão no Mali a operação de paz mais mortal entre todas que a ONU estabeleceu – com 206 fatalidades desde o início da missão até o final de 2019 (TESFAGHIORGHIS, 2016).

A MINUSMA ainda enfrenta obstáculos em relação às suas capacidades logísticas e de pessoal, uma vez que, como as bases da ONU são atacadas com frequência, muito do que poderia ser usado para a proteção de civis acaba indo para a proteção do próprio pessoal da missão. Os ataques direcionados às instalações da ONU tornam a proteção de civis mais dificultosa e a população reluta em acreditar que os militares possam protegê-la, considerando-a como uma fonte de insegurança (BANCO, 2019; TESFAGHIORGHIS, 2016).

O conflito no Mali é complexo e multifacetado, a situação no país permanece caótica e não há perspectivas de melhora. O contexto atual envolve o governo; os grupos tuaregues que, mesmo com o Acordo, ainda lutam por território; os grupos extremistas, que permanecem bastante atuantes e representam a maior ameaça à paz; e a violência étnica que, desde 2016, vem aumentando. Os embates entre os grupos e os ataques direcionados aos civis resultaram em milhares de mortos (por ser um conflito atual, é difícil de calcular a quantidade exata), refugiados (cerca de 142.000 principalmente na Burkina Faso, Mauritânia e Níger), mais de 218 mil pessoas deslocadas internamente, além da deterioração da situação humanitária e violação dos direitos humanos, afetando mais de 5 milhões de pessoas. O conflito no Mali é altamente politizado e envolve uma grande quantidade de atores com diferentes interesses e objetivos. A MINUSMA possui um mandato robusto desde seu desdobramento e adotou uma postura mais agressiva conforme os anos devido a um agravamento do conflito. No entanto, ela ainda não

conseguiu estabilizar a situação, conter os ataques dos grupos armados e proteger a população civil. Nesse sentido, a segurança no Mali ainda constitui algo precário e a paz está longe de ser atingida (PARENTI, 2020; UN, 2019).

REFERÊNCIAS

BANCO, Eric. Mali: The Deadliest Peacekeeping Mission In The World. **International Buisness Times**, [s.I.], 15 ago. 2015. Disponível em: https://www.ibtimes.com/mali-deadliest-peacekeeping-mission-world-2054659. Acesso em: 14 out. 2019.

BLECK, Jaimie; MICHELITCH, Kristin. THE 2012 CRISIS IN MALI: ONGOING EMPIR-ICAL STATE FAILURE. **African Affairs,** [s. I.], v. 114, n. 457, p.598-623, ago. 2015. Disponível em: https://academic.oup.com/afraf/article-abstract/114/457/598/2195171. Acesso em: 11 jun. 2020.

BOUTELLIS, A. Can the UN Stabilize Mali? Towards a UN Stabilization Doctrine? **Stabil-ity: International Journal of Security & Development,** [s.l.], v. 4, n. 1, pp. 1–16, jun. 2015. Disponível em: https://www.stabilityjournal.org/articles/10.5334/sta.fz/. Acesso em: 11 jun. 2020.

DUARTE, Geraldine Rosas. Crise no Mali: as origens do conflito e os entraves para a resolu-ção. **Conjuntura Internacional,** Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p.7-14, jan/jun. 2013. Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/conjuntura/article/view/5256. Acesso em: 11 jun. 2020.

FRANCIS, David J.. The regional impact of the armed conflict and French intervention in Mali. **Norwegian Peacebuilding Resource Centre,** [s. I.], p.1-16, abr. 2013. Disponível em: https://www.files.ethz.ch/isn/163177/f18726c3338e39049bd4d554d4a22c36.pdf. Acesso em: 11 jun. 2020.

GAASHOLT, Ole Martin. Northern Mali 2012: The short-lived triumph of irreden-tism. **Strategic Review For Southern Africa,** Londres, v. 35, n. 2, p.68-91, nov. 2013. Disponível em: https://www.questia.com/library/journal/1G1-367799665/northern-mali-2012-the-short-lived-triumph-of-irredentism. Acesso em: 11 jun. 2020.

HUMAN DEVELOPMENT INDICATORS. United Nations Development Programme (UNDP). Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/MLI>. Acesso em: 02 jun. 2020.

KEITA, Kalifa. Conflict and conflict resolution in the Sahel: The Tuareg insurgency in Ma-li. **Small Wars & Insurgencies,** [s.l.], v. 9, n. 3, p.102-128, dez. 1998. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09592319808423221. Acesso em: 11 jun. 2020.

KLUTE, Georg. POST-GADDAFI REPERCUSSIONS IN NORTHERN MALI. **Strategic Review For Southern Africa,** [s. I.], v. 35, n. 2, p.53-67, nov. 2013. Disponível em: https://www.questia.com/library/journal/1G1-367799664/post-gaddafi-repercussions-in-northern-mali. Acesso em: 11 jun. 2020.

KRINGS, Thomas. Marginalisation and Revolt among the Tuareg in Mali and Niger. **Geojournal,** [s.l.], v. 36, n. 1, p.57-63, mai. 1995. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/41146473. Acesso em: 11 jun. 2020..

MAGHAREBIA. Al-Qaida rejoint par ses militants du Maghreb au Mali. 2012. 1 fotografia. Disponívelm em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/0/03/Al-Qaida_rejoint_par_ses_militants_du_Maghreb_au_Mali_%288142141394%29.jpg/800px-Al-Qaida_rejoint_par_ses_militants_du_Maghreb_au_Mali_%288142141394%29.jpg Acesso em: 11 jun. 2020.

PARENTI, Maria Carolina Chiquinatto. **A coordenação civil-militar na operação de paz da ONU no Mali.** 2020. 187 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Relações Internacionais "San Tiago Dantas" (Unesp/Unicamp/Puc-sp), São Paulo, 2020.

RUPESINGHE, Natasja; BOAS, Morten. Local Drivers of Violent Extremism in Central Ma-li. **UNDP Policy Brief**, [s.I.], p. 1-14, set. 2019. Disponível em: http://hdl.handle.net/11250/2630393. Acesso em: 11 jun. 2020.

TESFAGHIORGHIS, Sofia Micael. **(In)securing Humanitarian Space?**: A Study of Civil-Military Interaction in Mali. 2016. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política. University of Oslo, [s.i.], 2016.

UN. S/2014/692. Report of the Secretary-General on the situation in Mali. New York, 22 Sep. 2014

UN. S/2019/454. Report of the Secretary-General on the situation in Mali. New York, 31 Mali. 2019.

UN. S/RES/2100. Security Council resolution. New York, 25 Apr. 2013.

VELÁSQUEZ, Giuliana Stephanie Saldarriaga. La legalidad de la intervención en Ma-lí. **Revista Derecho Pucp,** n. 73, p.239-248, jul/nov. 2014. Disponível em: http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/derechopucp/article/view/11309. Acesso em: 11 jun. 2020.

WEISS, Thomas G.; WELZ, Martin. The UN and the African Union in Mali and beyond: a shotgun wedding?. **International Affairs,** [s.l.], v. 90, n. 4, p.889-905, jul. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1111/1468-2346.12146. Acesso em: 11 jun. 2020.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO EM FOCO

Laurindo Paulo Ribeiro Tchinhama[1]
Jéssica Tauane dos Santos[2]

Fonte: MONUSCO, 2011.

Um dos conflitos civis que mais assola o continente africano é o da República Democrática do Congo (RDC). Os primeiros resquícios de instabilidade política datam da sua independência da Bélgica, em 1960. Assim sendo, o país mergulhou em confrontos internos quando a província de Katanga declarou secessão do governo central com o apoio de belgas (MUNANGA, 2008). Nesse contexto, o país solicitou ajuda à Organização das Nações Unidas (ONU) que respondeu com a missão da Operações das Nações Unidas no Congo (ONUC) com objetivo de expulsar os belgas e manter a lei, a ordem e a integridade territorial. Dessa forma, o país começou a enfrentar uma série de instabilidades internas, políticas e econômicas. A separação de Katanga abriu caminho para demais províncias

[1] Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais "San Tiago Dantas" (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), na área de Paz, Defesa e Segurança Internacional, com pesquisa financiada pela CAPES. É membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e da Rede de Pesquisa em Paz, Conflitos e Estudos Críticos de Segurança (PCECS). E-mail: laurindoprt@gmail.com.
[2] Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais "San Tiago Dantas" (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), na área de Paz, Defesa e Segurança Internacional, com pesquisa financiada pela CAPES. É membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Conflitos Internacionais (GEPCI). E-mail: jessica.santos@unesp.br.

agirem da mesma maneira e, com isso, emergiu uma desordem política total, tornando o apoio da ONU cada vez mais relevante.

Nesse ínterim, em 1965 um golpe militar derrubou o primeiro presidente da RDC, Joseph Kasavubu, e levou ao poder Joseph Mobutu Sese Seko, que aproveitou o contexto conturbado do país para impor medida de reordenamento e ordem. Com apoio de potências como Estados Unidos (EUA), ele instaurou um regime autoritário de partido único chamado Movimento Popular da Revolução (MPR) e alterou o nome do país para Zaire a partir de 1971. Seu regime vigorou até o início dos anos 1990 e foi marcado pelo benefício de uma tribo em detrimento das outras (tribalismo), crises econômicas, e violações de Direitos Humanos. Com o fim da Guerra Fria e a vitória do modelo capitalista, os governos autoritários começaram a perder força e, assim, a decadência de Mobutu se consolidou devido ao rompimento de apoios externos.

Com isso, definhava-se a ditadura de mais de 30 anos. Fracassado e sem apoio, Mobutu sofreu o golpe do grupo Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo (AFDL), liderada por Laurent Désiré Kabila, que teve suporte de Angola, Ruanda, Uganda e Burundi. O golpe levou à derrubada de Mobutu em 1997 e Kabila se autoproclamou presidente da república, mudando o nome do país para a República Democrática do Congo (MUNANGA, 2008). A insatisfação com o governo de Mobutu, sobretudo pelo tribalismo, adicionado à xenofobia diante da imigração de ruandeses no leste do país, fugidos do genocídio de 1994, foram fatores preponderantes para a escalada dos conflitos. Por outro lado, originou a formação de grupos rebeldes a favor e contra o Estado, resultando na primeira Guerra do Congo durante o governo de Mobutu e levou a queda do seu regime e causou cerca de 200 mil mortos (1996 -1997) (DA SILVA, 2011; 2012).

Logo após o fim dos embates, surgiu um movimento de aliança entre Ruanda e Uganda contra o regime de Laurent Kabila, pois estes se sentiram traídos pela decisão de Kabila de fazê-los retirar suas tropas do país. A união desses países originou o movimento Restabelecimento Congolês para Democracia (RCD) e estendeu seu apoio a grupos menores locais que estavam insatisfeitos com o governo, dentre eles: o Movimento 23 de março (M23), Mai-Mai, Forças Democráticas de Libertação do Ruanda (FDRL), Movimento Revolucionário Congolês (MRC), Movimento de Libertação Congolês (MLC), entre outros. Esses grupos atuaram em grande parte nas regiões do Kivu do Sul, Ituri, Bukavu, Kivu do Norte (Beni e Goma), Katanga, Kasai e Maniema, principalmente em regiões detentoras de grandes quantidades de recursos minerais (GLOBAL

SECURITY, [2020]). Dessa forma, estava instaurada a instabilidade política e de segurança no país.

A escala desses conflitos levou à segunda guerra do Congo que começou em 1998, também conhecida por guerra mundial africana, que tinha como objetivo derrubar o regime de Laurent Kabila. A primeira tentativa de terminar com o conflito foi a assinatura do acordo de Lusaka em 1999, na Zâmbia, no qual as partes se comprometiam com o cessar-fogo. Na sequência, foi estabelecida a Missão da Organização das Nações no Congo (MONUC) cujo objetivo era de prestar assistência às negociações entre governo e rebeldes e observar o cumprimento do cessar-fogo (CRAVINO, 2007). O assassinato de Laurent Kabila em 2001 não colocou fim aos conflitos civis, mas alimentou o clima de instabilidade no país devido à subida automática do Joseph Kabila, filho de Laurent, ao poder. Estima-se que a segunda guerra do Congo causou cerca de 3,8 milhões de mortes (DA SILVA, 2011; 2012) e raptos de crianças pelos grupos armados (crianças-soldados), violência sexual, crimes contra humanidade e outros.

Dentre as causas dos conflitos, além das questões políticas, estão as disputas pelo controle de regiões ricas em minerais, a instabilidade da região dos grandes lagos africana, principalmente na década de 1990, o genocídio de Ruanda em 1994 que gerou a imigração de hutus para o leste do Congo, as relações bilaterais rompidas por Laurent Kabila com Ruanda, Uganda e Burundi depois do golpe de Estado ao Mobutu e, acima de tudo, as rivalidades tribais que impulsionaram o surgimento de pequenos grupos armados (AUTESSERRE, 2010).

Com o fracasso do acordo de Lusaka e a retomada dos conflitos, em 2003 foi assinado o acordo de paz de *Sun City* na África do Sul que decretou o término oficial da guerra. Assim, a MONUC foi estendida e foram adicionadas novas tarefas, de modo que o novo acordo fosse cumprido, levando estabilidade ao país e consolidando a paz. Em seguida, foi criado um governo de transição (2003-2005) no qual Joseph Kabila assumiu a presidência com mais quatro vice-presidentes (4+1) de outros partidos de maneira conjunta. O governo de transição se responsabilizaria pelas reformas institucionais, pela criação de uma nova Constituição e, posteriormente, pela realização de novas eleições.

Houve a tentativa de reorganização das forças armadas que passaram a ser compostas pelas Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC), pelo Restabelecimento Congolês para Democracia (RCD) e pelo Movimento para a Libertação do Congo (MLC). No entanto, essa junção foi marcada por desavenças em termos de hierarquia, incompatibilidade salarial, falta de recursos financeiros e desobediências (CRAVINO, 2007). A principal falha do governo de transição foi, sobretudo, na criação

de um exército nacional coeso que garantisse a estabilidade interna, faltando programas de reintegração de ex-combatentes no exército nacional e de desarmamento eficientes.

A realização das eleições se concretizou em 2006 com a vitória de Joseph Kabila (TCHINHAMA, 2017). Os resultados das eleições foram contestados e o governo de Joseph Kabila foi incapaz de manter integridade e a ordem no país. Iniciou-se uma onda intensa de agressão contra os civis e o estado de violência foi instaurado. A MONUC foi então substituída pela Missão de Estabilização Da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) em 2010. A Missão tinha como objetivo garantir a proteção dos civis e da equipe humanitária no terreno e defender os Direitos Humanos no país. Foi uma missão atípica da ONU por determinar o uso de todos os meios necessários para o seu cumprimento (MONUSCO, 2019; 2020; DPKO, 2010). Os desafios da missão no terreno para proteger os civis diante dos ataques dos grupos levaram à implementação de uma Brigada de Intervenção especializada com o intuito de neutralizar os grupos armados e reduzir as potenciais ameaças, pautando-se na técnica da resolução de conflitos de imposição da paz (*peace-enforcement*) (MONUSCO, 2020).

A RDC tem como missão desmantelar os grupos rebeldes que ainda atuam causando instabilidade política, tarefa que passa pelo estabelecimento de um exército nacional coeso e consistente, mediante a criação de programas de reforma do setor de segurança. Para tal, conta a comunidade internacional que continua mantendo seu apoio, de modo a tornar a paz estável e duradoura, por meio de mandato de especialistas que ajudam no treinamento do exército congolês. Como, por exemplo, o envio em 2019 de especialistas brasileiros em guerra na selva para treinar o exército local para fazer frentes aos grupos armados que se refugiam nas florestas (TCHINHAMA, 2019).

Vale ressaltar também a missão da União Europeia que, por meio da *European Union Police Mission for the Democratic Republic of Congo* (EUPOL) (2005-2007), contribuiu na tentativa de reformar e reestruturar os setores de polícias e de justiça; a *European Union Militar Operations in Democratic Republic of Congo* (EUFOR) ajudou a MONUC no reforço do processo eleitoral pós-transição (EU, 2006).

No entanto, desde as primeiras eleições históricas em 2006, o país ainda não tem capacidade política e institucional para estabelecer a paz. Kabila deveria ter saído do poder em 2016 após o cumprimento de seus dois mandatos, conforme a Constituição, porém as eleições foram realizadas somente em 2018, após várias manifestações de repúdio da população e dos partidos da oposição.

Assim, só depois de 18 anos como presidente da RDC, Joseph Kabila deu lugar ao candidato da oposição, Felix Tshisekedi, anunciado como vencedor das eleições em

janeiro de 2019. Entretanto, o resultado oficial gerou controvérsias. Segundo opositores, um acordo secreto firmado entre Tshisekedi e Kabila garantiria que este mantivesse em grande medida seu poder sobre o país, ainda que não oficialmente. Martin Fayulu, segundo colocado e também candidato da oposição, afirmou que as eleições foram fraudadas e milhares de seus eleitores foram às ruas da capital Kinshasa protestar. Além disso, França, Bélgica e União Africana (UA) também questionaram o resultado das eleições (MILHARES..., 2019). Todavia, o resultado acabou sendo aceito pela Comunidade Internacional (IBRAHIM; DOSS, 2019).

Meses depois, o primeiro-ministro, Illunga Illunkamba, fez suas indicações para os ministérios, chamando atenção para o número de ministros pertencentes à coalizão Frente Comum para o Congo (FCC) de Kabila: 42 dos 65 ministros eram dessa coalizão e apenas 23 eram provenientes da coalizão de Tshisekedi. Vale destacar também que as eleições deram 70% dos assentos da câmara baixa do parlamento e uma esmagadora maioria dos assentos da assembleia provincial à FCC (BUJAKERA, 2019).

Assim sendo, fica evidente o despreparo das instituições administrativas do Estado quanto à sua capacidade de ação, imparcialidade, transparência e confiança. Por outro lado, a segurança ainda é o principal problema da RDC, pois o governo não detém o uso da força para manter a ordem e a lei e garantir a segurança do povo contra os grupos armados ainda atuantes nas áreas mais vulneráveis do país, especialmente no Leste, na região dos Kivus, palcos da maioria dos conflitos.

Em meio a conflitos políticos, o Ebola é outra grande complicação. Desde agosto de 2018 o país passava por uma epidemia da doença, contabilizando 3.340 casos e 2.210 mortes. Em abril desse ano, o governo da RDC anunciou o fim da epidemia, entretanto, no mesmo mês foram registrados novos casos. A doença é extremamente infecciosa e a atuação de grupos armados dificulta ainda mais o seu combate (HOLLAND, 2019; NEBAHAY, 2019).

Enquanto isso, o país permanece em um estado alarmante no que se refere à violência e os desafios persistem mesmo com toda ajuda internacional disponível. A MONUSCO vem sendo renovada a cada ano que passa, devido ao grau de complexidade da Missão, e foi prorrogada até o dia 20 de dezembro de 2020 com um conjunto de 2324 pessoas civis e 15.249 pessoas uniformizadas (MONUSCO, 2020).

REFERÊNCIAS

AUTESSERRE, S. **The Trouble with the Congo Local Violence and the Failure of International Peacebuilding**. First. New York: Cambridge University Press, 2010.

BUJAKERA, S. New Congo government shows influence of former president**. Reuters**. 26 Aug. 2019. Disponível em: https://www.reuters.com/article/us-congo-politics/new-congo-government-shows-influence-of-former-president-idUSKCN1VG0F2. Acesso em: 19 ago. 2020.

CRAVINO, J. S. O processo eleitoral na República Democrática do Congo: Restrospectiva e prospectiva. **Instituto Português de Relações Internacionais.** Universidade de Lisboa- Working Paper 25, p. 25–26, 2007. Disponível em: http://www.ipri.pt/images/publicacoes/working_paper/pdf/WP25_JSCravino.pdf. Acesso em: 19 ago. 2020

DA SILVA, I. C. **Congo A Guerra Mundial Africana: conflitos armados, construção do estado e alternativas para a paz**. 1ª. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

DA SILVA, I. C. **Guerra e construção do estado na Rep . Democrática do Congo: a definiçaõ militar do conflito como pré-condição para a paz**. 2011. 178 f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

DPKO. **MONUSCO** | United Nations Peacekeeping. Jul. 2010. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/en/mission/monusco. Acesso em: 19 ago. 2020.

EU. **EU military operation in support of the MONUC during the election process in DR Congo: Council adopts Joint Action, appoints Operation and Force Commanders.** 24 Apr. 2006. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/PRES_06_121. Acesso em: 18 jun. 2020.

GLOBAL SECURITY. Congo Civil War. [2020] Disponível em: https://www.globalsecurity.org/military/world/war/congo.htm. Acesso em: 19 mai. 2020

HOLLAND, H. **Escaped Ebola patient hiding in Congo militia-held area: officials** - Reuters. 28 Apr. 2019. Disponível em: https://www.reuters.com/article/us-health-ebola-congo/escaped-ebola-patient-hiding-in-congo-militia-held-area-officials-idUSKCN22A1TO. Acesso em: 19 ago. 2020.

IBRAHIM, Mo; DOSS, Alan.**Congo's election: a defeat for democracy, a disaster for the people.** The Guardian. 9 Feb. 2019. Disponível em: https://www.theguardian.com/global-development/2019/feb/09/democratic-republic-of-the-congo-election-a-defeat-for-democracy-disaster-for-people-mo-ibrahim. Acesso em: 19 ago. 2020.

MILHARES protestam contra resultado da eleição na República Democrática do Congo. **Jornal Globonews.** 20 Jan. 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/globonews/jornal-globonews/video/milhares-protestam-contra-resultado-da-eleicao-na-republica-democratica-do-congo-7313712.ghtml. Acesso em: 18 jun. 2020.

MONUSCO. **Mandate**. 19 Aug. 2020. Disponível em: https://monusco.unmissions.org/en/mandate. Acesso em: 19 ago. 2020.

MONUSCO. **MONUSCO at a Glance; June 2019**. Kinshasa: [*s. n.*], 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1044/leader.ppl.24062019.28. Acesso em: 18 de jun. 2020.

MONUSCO**. Presidential and legislative elections in DRC**, Walikale 28 november 2011. 1 fotografia. Disponível em: https://www.flickr.com/photos/monusco/6466868393. Acesso em: 18 de jun. 2020.

MUNANGA, K. A República Democrática do Congo. *In:* **África**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p. 75–102.

NEBAHAY, S. **Ebola spreads in Congo after militants attack treatment camp: WHO** - Reuters. 13 Dec. 2019. Disponível em: https://www.reuters.com/article/us-congo-ebola-who/ebola-spreads-in-congo-after-militants-attack-treatment-camp-who-idUSKBN1YH1GN. Acesso em 19 ago. 2020.

TCHINHAMA, L. **A Missão de Estabilização das Nações Unidas na República Democrática do Congo e a presença do Brasil** - GEDES - Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional. 15 Jul. 2019. Disponível em: https://gedes-unesp.org/a-missao-de-estabilizacao-das-nacoes-unidas-na-republica-democratica-do-congo-e-a-presenca-do-brasil/. Acesso em: 19 ago. 2020.

TCHINHAMA, L. P. R. **Peacebuilding e democratização: uma análise da construção da paz na República Democrática do Congo**. 2017. 1–80 f. Universidade Federal de Uberlândia, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004. Acesso em: 19 de ago. 2020.

OS CONFLITOS NO SUDÃO: O CASO DE DARFUR

Ligia Maria Caldeira Leite de Campos[1]

Fonte: ISMAIL, 2017.

Atualmente, há distintos focos de violência armada e instabilidade política no Sudão. Um desses casos é a fronteira com o Sudão do Sul, nos estados de Blue Nile e South Kordofan. Esta região lidou com muitos embates nas guerras civis que levaram à Independência do Sudão do Sul e, em 2011, sua população foi alvo de ações do governo por ser considerada apoiadora do grupo *Sudan People Liberation Movement/Army North* (SPLM/A-N), dissidência do *Sudan's People Liberation Movement/Army* (SPLM/A), antigo grupo rebelde que governa o Sudão do Sul hoje em dia (BRAGA, 2012).

Hostilidades também ocorrem em outra região fronteiriça entre o Sudão e o Sudão do Sul, conhecida como Abyei. Esta é uma área rica em recursos, disputada por ambos países e que lida com conflitos étnicos. No local, há uma missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) nomeada *United Nations Interim Security Force for Abyei* (UNISFA) desde 2011. A região ainda vive um impasse, mas a situação pode se alterar positivamente devido às aproximações mais recentes entre esses Estados (OCHA, 2019; UNISFA, 2019; RELIEFWEB, 2019).

Outra importante área a ser apresentada mais detalhadamente a seguir é a de Darfur. Na história do país, foram várias as dificuldades enfrentadas, o que se evidenciou principalmente em constante instabilidade política, com uma série de regimes militares

[1] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP) e bolsista CAPES. E-mail: ligia.campos4@hotmail.com

que impulsionavam governos pró-islâmicos. Em 1989, o presidente Omar Hassan Ahmad Al-Bashir assumiu este posto via golpe e era membro da Frente Nacional Islâmica. Em seu governo, criou-se a Força de Defesa Popular (*People's Defense Force*, PDF, em inglês), iniciando o processo de militarização da população sudanesa. Esta força funciona como um exército paralelo às Forças Armadas, servindo também como instrumento para a islamização do Sudão (PERES, 2016).

No que diz respeito a Darfur, esta é uma região situada no oeste do território sudanês, composta majoritariamente por muçulmanos das tribos *Fur*, *Zaghawa* e *Massalit*. Da mesma maneira que a PDF, um grupo chamado *Baqqara* se militarizou e sua parcela que se localizava a oeste utilizou armamentos para investir contra essas tribos, com quem disputava território e água em Darfur. São esses *baqqara*, armados pelo próprio governo sudanês, os quais compõem as *janjaweed*, milícia utilizada para conter a revolta *darfuri* (residentes de Darfur) no começo de 2003 (PERES, 2016).

Essa revolta eclodiu após a assinatura do acordo de paz do governo com a região Sul, ainda não independente, o qual ignorou os interesses de outras partes do país. Portanto, buscava-se chamar a atenção internacional para demonstrar que o acordo estabelecido não bastava para solucionar as demais crises. A ação visava alcançar um Sudão mais igualitário e democrático, em que a região deixasse de ser marginalizada. Vários postos policiais na região de Darfur foram alvos do grupo *Darfur Liberation Front* (DLF), que passaria a ser o *Sudan Liberation Movement/Army* (SLM/A), comandado por Abdel Al-Wahid. Para realizar essas ações, esteve também presente o grupo *Justice and Equality Movement* (JEM), apesar de algumas diferenças entre eles (BADMUS, 2008; PERES, 2016).

O governo sudanês oficialmente negava a rebelião, mas organizava as *janjaweed*. As *janjaweed* são consideradas milícias criadas pelo governo central para atuar em Darfur como parte da PDF, no sentido de operar como instrumento do Estado em momentos em que as Forças Armadas não podem fazê-lo. Consequentemente, houve uma série de atos violentos como retaliação às vitórias iniciais do JEM e do SLM/A. Outros grupos surgiram nesse contexto, com os mesmos objetivos do SLM/A e do JEM (PERES, 2016).

Nos anos decorrentes, o governo sudanês realizou a política da terra arrasada contra os *darfuri* não árabes, a qual consiste em ataques recorrentes a aldeias de negros africanos, com a justificativa de que estes estariam acolhendo rebeldes. Casas foram queimadas, assim como aldeias por completo. Houve massacres, estupros, mutilações, saques e ações por via terrestre e aérea. Logo, essas atitudes passaram a ser entendidas como configuradoras de genocídio. O governo refuta a afirmação de que tenha

envolvimento nessas ações, mas evidências apontam o contrário (PERES, 2016; BRAGA, 2012).

As razões mais profundas do conflito são variadas. Dentre elas, está a dinâmica social de Darfur que constantemente foi constituída por conflitos étnicos entre pastores árabes nômades e seminômades e agricultores não árabes sedentários. A situação se agravou com a seca durante os anos 1980, em que houve uma intensificação da desertificação resultando em fome e disputa por terreno fértil. Outra motivação é a negligência do governo em relação a Darfur, região que permaneceu subdesenvolvida, sem acesso a serviços, sendo que os principais investimentos foram direcionados à área de Cartum, capital do país. A isso se soma o autoritarismo de Al-Bashir, que buscava controlar todos os fatores da vida dos sudaneses, resultando numa supremacia árabe, com a tentativa de impor a ideologia islamista, compreendendo os demais cidadãos como inferiores. Desde a Independência do Sudão, em 1956, o poder político pende ao monopólio por parte dos árabes. O Islã chegou a ser estabelecido como religião do Estado, assim como a *Sharia* (lei islâmica) foi aplicada. Como consequência, passou-se a justificar as mortes, escravização e estupro conforme o pertencimento a determinados grupos. A utilização do conflito como tática de contrainsurgência é também uma questão, uma vez que o país lida com outras áreas instáveis e a violenta retaliação à rebelião serve como exemplo, não abrindo espaço a novos levantes. Outro importante aspecto é o influxo de armas e a belicosidade na África Oriental para a solução de disputas, especialmente após a modificação dos mecanismos de solução de controvérsias tradicionais[2]. Todo esse cenário se agrava com o histórico do país composto por autoritarismo, políticas públicas desiguais, corrupção, infraestrutura insuficiente, entre outros problemas de governança, e violações de direitos humanos e de liberdades fundamentais (PERES, 2016; BADMUS, 2008; BRAGA, 2012).

Em maio de 2006, estabeleceu-se o Acordo de Paz de Darfur (*Darfur Peace Agreement*, DPA, em inglês) entre o governo e uma das facções do SLA, comandada por Minni Minawi (SLA-MM). A outra facção do SLA liderada por Abdel Wahid (SLM-AW) e o JEM não o assinaram. Por conseguinte, os embates prosseguiram, havendo vários empreendimentos contra os locais ocupados pelos rebeldes não signatários, e o governo agiu de forma a diminuir o acesso da assistência humanitária. Nesse contexto, houve a fragmentação dos movimentos rebeldes, gerando violência entre eles. Os grupos também se juntaram a outros advindos do Chade que, assim como a Eritreia, forneceu

[2] O governo substituiu as formas tradicionais de solução de controvérsias, costumeiramente realizadas por líderes locais, por ações de governadores simpáticos ao governo (PERES, 2016).

apoio a organizações armadas. A insegurança se manteve, o acordo foi visto com desconfiança e houve aumento do banditismo local (PERES, 2016; BRAGA, 2012).

Em 2008, o governo de al-Bashir criou a Iniciativa do Povo do Sudão, visando uma solução política para o conflito, o que não funcionou. Em março de 2009, o Tribunal Penal Internacional (TPI) lançou uma ordem de prisão contra al-Bashir, sendo este o primeiro caso contra um presidente em exercício. A decisão foi rejeitada pelo governo e este declarou a intenção de expulsar organizações humanitárias e encerrar as atividades de duas Organizações Não-Governamentais (ONGs) sudanesas em Darfur. Em 2011, com as novas hostilidades em South Kordofan e em Blue Nile, o SPLM-N tornou-se aliado aos movimentos de Darfur, resultando na Frente Revolucionária do Sudão (*Sudan Revolutionary Front*, SRF, em inglês), a qual buscava a derrocada do governo de al-Bashir (BRAGA, 2016).

Também em 2011, foi realizado um novo acordo conhecido como *Doha Document for Peace in Darfur* (DDPD). Todavia, os resultados não foram muito além do acordo anterior. Mais ainda, o governo criou as Forças Rápidas de Apoio (FRA), conhecidas como "novas janjaweed", mais treinadas e armadas (PERES, 2016).

Entre 2013 e 2014, a violência nas regiões de South Kordofan, Blue Nile e Darfur alcançou um alto nível, aproximando-se daquele verificado em 2007. Em 2014, al-Bashir lançou um "Diálogo Nacional", porém não estava disposto a fazer as concessões necessárias ao diálogo. Seus opositores (grupos armados, partidos políticos e sociedade civil) assinaram, então, a Declaração Política sobre o Estabelecimento de um Estado Cidadão e Democrático, conhecida como "Chamada ao Sudão", objetivando a retirada do modelo de um partido único e a transição democrática do governo. Em 2016, as conversações foram suspensas (BRAGA, 2016).

Atualmente, o país vive um momento de transição após protestos iniciados em dezembro de 2018, os quais levaram à retirada de al-Bashir do poder em abril de 2019. O Sudão está sendo governado por uma administração civil-militar conjunta até a realização de eleições democráticas, previstas daqui a três anos. Al-Bashir permanece preso em Cartum, da mesma maneira que outros oficiais de seu governo (THOUSANDS..., 2019; SUDAN..., 2019; PSC REPORT, 2019).

O acordo feito para colocar o governo de transição no poder previu que este teria seis meses para realizar acordos de paz com todos os grupos armados do Sudão. Em setembro do ano passado, negociações de paz foram retomadas entre o governo e rebeldes atuantes em Darfur, Blue Nile e South Kordofan, incluindo o SPLM/A-N, JEM, SLM-MM, entre outros. Como resultado, foi feita a Declaração de Juba, visando construir

confiança entre as partes. Foi anunciado um cessar-fogo permanente, trocas de prisioneiros e um "corredor humanitário" para a entrega de ajuda humanitária. Os pontos abertos para discussão incluem a falha em gerenciar a diversidade étnica e religiosa, falta de liberdade e justiça, marginalização socioeconômica e hegemonia do centro em relação à periferia do país, além de um possível compartilhamento de poder no governo e o desarmamento, desmobilização e reintegração das forças paramilitares, incluindo as *janjaweed* e as FRA, junto à reforma do setor de segurança. A divisão equitativa de receitas advindas de recursos naturais também está em pauta. Contudo, muitos são os desafios com os quais o processo de paz tem que lidar, como a falta de confiança entre as partes e da própria população em relação a alguns grupos armados. A oposição armada nesses estados continua. Ainda são relatados embates e hostilidades entre as comunidades em Darfur (THOUSANDS..., 2019; SUDAN..., 2019; PSC REPORT, 2019; OCHA, 2020a).

Até o momento, o número de deslocados internos da região de Darfur é de 1,86 milhão (do total 2,1 milhões do país) (OCHA, 2020a; THE HUMANITARIAN DATA EXCHANGE, 2020). A respeito do fluxo de refugiados e requerentes de asilo sudaneses no Sudão do Sul, Chade, Etiópia, Egito, Quênia e Jordânia, estes somam cerca de 745 mil (OCHA, 2020b). A situação do país se configura como uma das maiores crises humanitárias do mundo, em que cerca de 3,9 milhões de pessoas precisam de assistência somente em Darfur (do total 9,3 milhões no Sudão) (OCHA, 2020a). Segundo o Uppsala Conflict Data Program (2020), foram mortas por volta de 37 mil pessoas no país entre 2003 e 2018. Ao se considerar a violência junto à fome e doenças em decorrência das hostilidades, Braga (2012) aponta 350 mil mortos apenas no período até 2006. Trata-se de estimativas, pois a quantidade exata é difícil de calcular, devido ao complicado acesso a locais mais remotos e à atualidade do conflito.

No que tange à participação internacional durante o conflito de Darfur, as potências ocidentais foram chamadas a intervir para encerrá-lo. Todavia, antes de 2004, um dos períodos mais violentos, sua ação foi restrita quase que exclusivamente à assistência humanitária. Nesse sentido, destaca-se a atuação da ONU e a União Africana (UA) que estiveram presentes nesse contexto, mas de forma limitada. A partir de acordos realizados, a UA originou a *African Mission in Sudan* (AMIS) para monitorá-los, criar confiança entre as partes e ampliar a segurança na região. Em 2007, com o aumento da insegurança regional, a *African Union/United Nations Hybrid operation in Darfur* (UNAMID) foi estabelecida para substituir a AMIS e está vigente até hoje. Sendo uma missão de paz conjunta entre a UA e a ONU, seu mandato tem como base proteger civis,

facilitar a entrega de ajuda humanitária, verificar a implementação dos acordos, promover os direitos humanos e o Estado de Direito e propiciar um ambiente adequado para o estabelecimento da paz. Há também a participação de Estados africanos individualmente para tentarem solucionar o conflito. Muitos países definiram sanções contra o Sudão, como os europeus e os Estados Unidos. É importante considerar a presença da China, país ao qual o Sudão exporta mais de 50% de seu petróleo, resultando numa relação que envolve também as questões políticas locais. Ademais, a China aumentou o fornecimento de armas ao governo sudanês e teve participação na revitalização da indústria bélica no país, ao mesmo tempo em que o pressionou para que se moderassem as ações contra os rebeldes (BRAGA, 2012; BADMUS, 2008; UNAMID, 2019; UNITED NATIONS, 2019).

Por conseguinte, são diversas as fontes e áreas de instabilidade no Sudão, no que se destaca a região de Darfur. Ao pensar um futuro cenário para o país, é necessário analisar como todos os atores envolvidos se comportarão em face às mudanças políticas que vêm se desenvolvendo. Também é preciso lembrar que, mesmo com o cessar-fogo estabelecido, os embates não foram completamente interrompidos. Portanto, embora um acordo de paz esteja sendo arquitetado, para que haja uma resolução real, definitiva e sustentável para as hostilidades, é preciso que as raízes mais profundas dos conflitos sejam abordadas e solucionadas.

REFERÊNCIAS

BADMUS, Isiaka Alani. “Nosso Darfur, Darfur Deles”: A Política Desviante do Sudão e a Nascente “Limpeza Étnica” em uma Emergente Anarquia Africana. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p.309-360, maio 2008.

BRAGA, Camila de Macedo. **As Estratégias Internacionais de Prevenção à Violência em Massa e a "Nova Guerra" no Darfur.** 2012. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” (Unesp/Unicamp/Puc-sp), São Paulo, 2012.

BRAGA, Camila. O Conflito Armado em Darfur- Sudão. **Série Conflitos Internacionais**, Marília, v. 3, n. 5, p.1-8, out. 2016.

ISMAIL, Amin. **Patrol in Aboshok IDP Camp49**. 7 fev. 2017. 1 fotografia. Disponível em: www.flickr.com/photos/unamid-photo/42509873780/in/photostream/. Acesso em: 23 abr. 2020.

OCHA. **Humanitarian Needs Overview 2020**: Sudan. 2020a. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Sudan_2020_HNO.pdf . Acesso em: 22 abr. 2020.

OCHA. **Humanitarian Response Plan January-December 2019:** Sudan. 2019. Disponível em:

https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Sudan_2019_Humanitarian_Response_Plan.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

OCHA. **Key Figures**. Disponível em: www.unocha.org/sudan. Acesso em: 23 abr. 2020b.

PERES, Leonardo Augusto. **O Genocídio como Problema Internacional Contemporâneo:** Um Estudo do Caso Sudanês. 2016. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PSC REPORT. **Negotiations to end all wars in Sudan:** The African Union has a key role to play in the ongoing negotiations to end the civil war in Sudan. 2019. Disponível em: https://issafrica.org/pscreport/psc-insights/negotiations-to-end-all-wars-in-sudan. Acesso em: 20 nov. 2019.

RELIEFWEB. **The situation in Abyei - Report of the Secretary-General (S/2019/817) [EN/AR].** 2019. Disponível em: https://reliefweb.int/report/sudan/situation-abyei-report-secretary-general-s2019817-enar. Acesso em: 20 nov. 2019.

SUDAN peace talks resume after deadlock: Officials say Khartoum and rebels have managed to pin down a partial agenda for discussions. **Al Jazeera.** Doha, p. 1-1. 18 out. 2019. Disponível em: www.aljazeera.com/news/2019/10/sudan-peace-talks-resume-deadlock-191018192037100.html. Acesso em: 20 nov. 2019.

THE HUMANITARIAN DATA EXCHANGE. **Sudan Displacement Data**: Registration [IOM DTM]. Disponível em: https://data.humdata.org/dataset/sudan-registration-data-iom-dtm. Acesso em: 22 abr. 2020.

THOUSANDS rally in Sudan, call for Bashir party to be disbanded: Rallies held in several cities with demonstrators calling for the former leader's party to be dissolved. **Al Jazeera.** Doha, p. 1-1. 21 out. 2019. Disponível em: www.aljazeera.com/news/2019/10/thousands-rally-sudan-call-bashir-party-disbanded-191021170631583.html. Acesso em: 20 nov. 2019.

UNAMID. **About UNAMID.** Disponível em: https://unamid.unmissions.org/about-unamid-0. Acesso em: 20 nov. 2019.

UNISFA. **Background.** Disponível em: https://unisfa.unmissions.org/background. Acesso em: 20 nov. 2019.

UNITED NATIONS. **UNAMID Fact Sheet.** Disponível em: https://peacekeeping.un.org/en/mission/unamid. Acesso em: 20 nov. 2019.

UPPSALA CONFLICT DATA PROGRAM. **Sudan**. Disponível em: https://ucdp.uu.se/country/625. Acesso em: 23 abr. 2020.

DA GUERRA À DEMOCRATIZAÇÃO

Laurindo Paulo Ribeiro Tchinhama[1]

Fonte: (UGANDA..., 2020a).

Uganda é um país africano localizado na região oriental da África fazendo fronteira com o Sudão do Sul, o Quênia, a Tanzânia, Ruanda e a República Democrática do Congo. O país tem um histórico marcado por conflitos civis e instabilidade política complexa desde a sua independência da Grã-Bretanha em 1962, caracterizada por golpes militares e ditaduras. Evidencia-se, no entanto, segundo Otunnu (2002, p. 11), que a crise do país "reflete a maneira como o Estado foi construído através da violência expansionista europeia, manipulação de diferenças preexistentes, políticas administrativas de divisão, domínio e políticas econômicas".

Além da crise de legitimidade política, houve problemas relacionados a criação do nacionalismo ugandense causando divisões étnicas, religiosas, e administrativas – especialmente entre o Norte e Sul (OTUNNU, 2002). A fragmentação e divisão político-social do país abriu portas para as instabilidades, alianças e disputas políticas que ocasionaram a aliança dos partidos o Congresso do Povo de Uganda (UPC) de Milton Obote e do partido da monarquia de Buganda (Kabaka Yekka). Por conseguinte, Milton Obote se tornou o primeiro-ministro e Kababa Mutesa II, de Buganda, o presidente

[1] Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais "San Tiago Dantas" (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e da Rede de Pesquisa em Paz, Conflitos e Estudos Críticos de Segurança (PCECS) e bolsista pela CAPES. E-mail: laurindoprt@gmail.com.

(OTUNNU, 2002).

O fracasso da aliança ocorreu em 1967 (PEACE INSIGHT, 2017) quando o primeiro-ministro deu um golpe (UGANDA..., 2018) de Estado contra o presidente com abolição do regime tribal e declarou Uganda como uma República. O rompimento da aliança deveu-se à luta por terras entre as etnias Bunyoro e Buganda, enquanto a declaração de estado de emergência foi causada pela percepção de conflito entre o Norte e o Sul no país (OTUNNU, 2002). A crise afetou a relação entre Milton Obote e o comandante do exército, Idi Amin, ocasionando um novo golpe de estado em 1971 executado por este último, que governou o país até 1979.

O governo de Idi Amin foi marcado por violência, mortes de membros da etnia Acholi e Langi, (membros centrais do exército) e de adversários políticos, além disso, Amin configurou o exército a sua maneira. O regime ditatorial de Amin evidenciou a cisma no país, o Sul assumiu os serviços públicos e de comércio, e o Norte os cargos no governo e exército (OTUNNU, 2002). Ademais, estima-se que houve 500.000 mortos e cerca de 1 milhão de deslocados internos, além de 200 mil exilados. O governo causou instabilidade no país resultando na queda do PIB em 25% e de 60% nas exportações, e provocou um aumento na inflação acima de 70%. Já a educação e saúde tiveram um impacto negativo de 27% e 9% respectivamente (RUGUMAMU, GBLA, 2004).

Diante desse contexto, ocorreram sucessivos golpes militares no país. Amin sofreu golpe de militares Acholi e Langi, em 1979, exilados na Tanzânia, com auxílio deste país e do partido Frente de Salvação Nacional (FRONASA), liderado por Yoweri Museveni. Como resultado, Yusuf Lule assume o poder por pouco tempo e é derrubado por Godfrey Binaisa. Este é derrubado por Paulo Muwanga em 1980 que assume a presidência e escolhe Yoweri Museveni como seu vice. No entanto, na tentativa de democratizar o país, a nova administração realizou eleições em 1980 que culminou com a vitória e o retorno de Milton Obote ao poder (OTUNNU, 2002). O governo de Obote foi marcado por reivindicações da sua vitória, legitimidade, guerras declaradas pela maior parte dos partidos, assassinatos e o surgimento de grupos armados. Obote resistiu até 1985 quando sofreu o golpe dos soldados Langi e Acholi e Tito Okello assumiu o poder (OTUNNU, 2002).

Uma vez no poder, Okello inclui a maior parte dos partidos e grupos armados no seu governo. Por seu turno, o Exército de Resistência Nacional (NRA, sigla em inglês) ficou de fora do governo. Nesse sentido, buscaram a negociação de paz que ocorreu em 1985 com o Acordo de Nairóbi (KIPLAGAT, 2002). Segundo o autor, dentre os objetivos estavam o cessar-fogo entre o governo de Uganda e o NRA, a formação de um governo

de coalização com partilha de poder e a nomeação de um representante no conselho militar.

Todavia, ao assumir o poder após o acordo, o NRA conseguiu desmobilizar os soldados Acholi e vivia-se com clima de relativa tranquilidade, porém o acordo não foi implementado na prática (OTUNNU, 2002). O governo do NRA consolidou a divisão Norte-Sul e os conflitos se intensificaram e ficaram marcados pela elevada violação de Direitos Humanos, discriminação regional, sequestros, saques, dentre outras atrocidades cometidas (OMACH, 2009). Nesse contexto, Yoweri Museveni em 1986 com um golpe de Estado assume o governo alegando a pretensão de garantir a estabilidade e o respeito aos direitos humanos no país (UGANDA... 2018). Yoweri Museveni está no poder até o presente.

No poder, Yoweri Museveni realizou algumas mudanças. Durante a década de 1990 uma nova constituição (UGANDA..., 2018) foi instituída e os partidos políticos foram legalizados. Em 1998, os conflitos (PLOUGHSHARES, 2009) entre o governo e grupos armados persistiram no Norte e Oeste do país que ficou marcado pela morte de 80 estudantes numa escola. Estima-se um total de 800 pessoas mortas. Em 1999, civis e tribos locais foram atacados pelos grupos rebeldes Forças Democráticas Aliadas (ADF), Exército de Resistência do Senhor (LRA) e Hutus Ruandeses provocando pelo menos mil mortes (PLOUGHSHARES, 2009). Ademais, os conflitos resultaram em 350.000 deslocados de guerras. Vale ressaltar que o conflito com a LRA é um dos mais longos. O grupo, liderado por Joseph Kony, ganhou protagonismo por sequestros de aproximadamente 60.000 crianças (PEACE INSIGHT, 2017) para servirem como soldados e escravas sexuais.

A incapacidade do governo em conter os conflitos civis ficou evidente. No ano 2000, o combate entre o governo e os grupos rebeldes ocasionou pelo menos 150 mortes, resultado de ataques contra os civis (PLOUGHSHARES, 2009). No ano seguinte, novos ataques foram realizados e centenas de pessoas foram mortas, porém pelo menos 5.000 rebeldes se renderam à investida do governo (PLOUGHSHARES, 2009). Por seu turno, entre 2002 e 2000, o LRA realizou ataques contra os civis no Norte e Nordeste do país ocasionando a morte de mil e sequestrando centenas de pessoas.

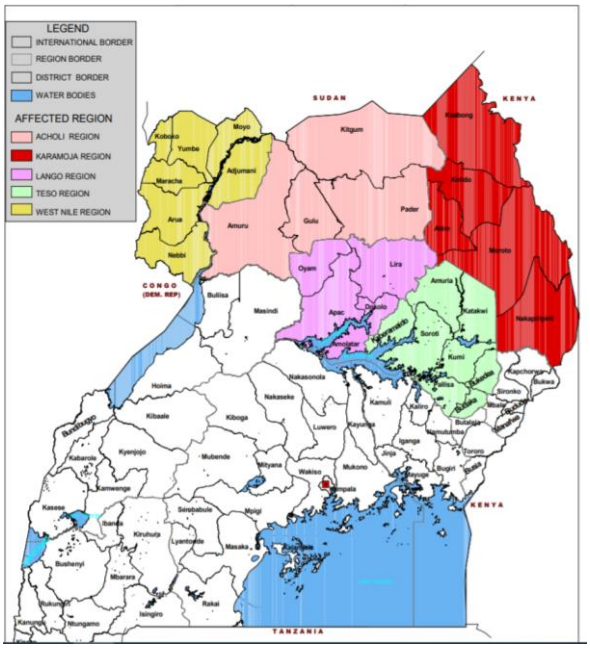
Os combates se prolongaram em 2005 chegando a atingir o Sudão, em Darfur. Como reação, o Tribunal Criminal Internacional emitiu mandado de prisão aos líderes da LRA (PLOUGHSHARES, 2009). As tentativas de negociações de paz ocorreram entre o governo e o LRA em 2004 e 2006, mas não obtiveram o resultado esperado. Apesar do fracasso no combate contra o LRA, o governo conseguiu reintegrar alguns ex-

combatentes do grupo às Forças de Defesa do Povo de Uganda (UPDF) e deu anistia para alguns líderes do grupo que se renderam (PLOUGHSHARES, 2009).

Entre 2006 e 2008 o fracasso das negociações de paz levaram a retomada dos conflitos. Em 2008, um ultimato foi proposto ao LRA devido à resistência do líder Joseph Kony em negociar por conta do mandado de prisão do Tribunal Penal Internacional (TPI) ao mesmo (PLOUGHSHARES, 2009). A sua resistência levou uma ação conjunta da Uganda, da República Democrática do Congo e do Sudão, com apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) e dos Estados Unidos (EUA), obrigando o refúgio do grupo na República Centro Africana (RCA) onde realizaram ataques a civis com cerca de 500 mortes entre 2008 a 2009. Sobre a captura dos líderes do LRA, em 2015 Dominic Ongwen, um dos comandantes do grupo, foi capturado e posto em julgamento desde 2017, enquanto Kony continua foragido (PEACE INSIGHT, 2017).

Fica claro, dessa forma, que os conflitos na Uganda se tornaram regionais ao tornar outros Estados vizinhos palco dos ataques do LRA. Assim, fica claro a notoriedade e o protagonismo do LRA dentre os vinte grupos mais influentes nesse país (TUMUSIIME, 2010). No entanto, a captura de Kony continua sendo o desafio do governo ugandês, porém, a exposição das suas fragilidades e o declínio do seu exército, bem como a prisão de alguns líderes do seu grupo deixam claro a sua fraqueza (NYEKO; LUCIMA, 2002).

Figura 1- Mapa das áreas mais afetadas pelos conflitos no Uganda sobretudo no Norte.



Fonte: RELIEFWEB, 2007.

Os conflitos tiveram consequências de dimensão política, social, econômica e principalmente humanitária (OTUNNU, 2002). No âmbito social, gerou órfãos de guerra,

destruição de cultura, cerca de 1,8 milhão de deslocados internos, sobretudo na região norte do país, principal local dos conflitos, e a desintegração do país (TUMUSIIME, 2010). Esforços têm sido feitos na luta pelos direitos humanos e prevenção de conflitos com atividade de monitoramento e treinamento com apoio da USAID (USAID, 2020). As ajudas humanitárias chegaram às regiões mais afetadas com a melhoria da segurança a partir de 2006 (CUBILIÉ *et al.*, 2007).

No que tange a segurança do Estado, os esforços são voltados às atividades de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) de Ex-Combatentes. Nesse sentido, a região Norte tem demandando maior empenho por campanhas, cooperação e diálogos presidenciais com os países vizinhos afetados pelos conflitos (TUMUSIIME, 2010). Dentre os atores que auxiliam no processo de pós-conflito estão as Instituições Governamentais e Internacionais, Organizações Não Governamentais (ONG's) internacionais, entre outros.

Vale ressaltar que no âmbito das intervenções internacionais, no caso de Uganda os registros apontam que não houve uma missão de manutenção da paz direcionada ao país. A intervenção da ONU no país foi resultado de um pedido conjunto entre o governo de Ruanda e de Uganda devido aos conflitos fronteiriços entre o governo ruandês, Hutus e a Frente Patriótica Ruanda (RPF, sigla em inglês), liderada por tutsis na década de 1990. Como resultado, em 1993 foi enviada a Missão de Observação das Nações Unidas Uganda-Ruanda (UNOMUR), para dar suporte ao Uganda e monitorar a fronteira, de modo a evitar apoio ao lado ruandês até o estabelecimento do Acordo de Paz de Arusha, de 3 de agosto de 1993. Este acordo resultou na instituição da Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (UNAMIR) para observar o cumprimento do acordo (UN, 2020).

Considerando o exposto, nota-se que os conflitos internos em Uganda despertaram pouca atenção à comunidade internacional do ponto de vista da proteção dos civis e ajudas humanitárias. Porém, é importante ressaltar que a intervenção internacional requer o consentimento das partes envolvidas para que seja realizada.

Um dos desafios a serem superados pelo país é concernente a Governança. Quando assumiu o poder, em 1985, Museveni prometeu estabilidade e transição política no país, porém sua postura mudou em 2005 ao estabelecer mudanças constitucionais no limite de mandatos presidenciais apesar de ter criado um sistema multipartidário (RUGUMAMU, GBLA, 2004). Até então é um dos presidentes do mundo com mais tempo no poder e com as eleições se aproximando em 2021 parece cogitar uma possível recandidatura ao negar aposentadoria (UGANDA..., 2016). Assim sendo, a postura de

Museveni representa a crise de governança e da democracia com um regime ditatorial com características democráticas que oprime, ameaça, abusa de poder militar e prende seus oponentes, como, por exemplo, o atual candidato da oposição Bobi Wine (UGANDA..., 2020b; KAKA, 2016). Contudo, tal comportamento vem sendo visto desde as eleições de 2001, 2006, 2011 e 2016 (NYEKO; LUCIMA, 2002).

Ao analisarmos o histórico da Uganda podemos traçar algumas considerações. Torna-se evidente, portanto, que a solução dos conflitos não se limita ao estabelecimento da paz negativa, o fim do conflito violento por meio do cessar-fogo, mas passa também por processo de paz positiva com a integração social. Segundo, o processo de construção da paz e democratização em sociedade com características divididas demandam mais abertura ao diálogo por contas das rivalidades étnicas e do regionalismo que foi implantado desde o pós-independência no país. No que tange a segurança, há necessidade de atividade de DDR e Reforma do Setor de Segurança (RSS) no intuito de estabelecer um exército nacional de modo a evitar o retorno de novos conflitos, considerando que o grupo LRA ainda se encontra foragido. Vale ressaltar a relevância do setor por conta do histórico militar e debilidade dos regimes ditatorial e autoritário vivenciado pelo país e reproduzido por Museveni de forma inconstitucional (KAKA, 2016).

Por último, a debilidade político-institucional deixa clara a necessidade de reformas institucionais que garantam o funcionamento e atuação imparcial. No entanto, fica aberta a possibilidade de futuros estudos sobre governança, institucionalização e RSS no país de modo a garantir a estabilidade e segurança dos cidadãos. Porém, apesar da sua postura e do regime autoritário, considerando o histórico conflituoso do país, Museveni não sofreu golpe e tem tido uma atitude de negociador para a manutenção da paz na região.

REFERÊNCIAS

CUBILIÉ, A.; ANGULO, M.-T.; FRUEH, S.; HOCHBRUECKNER, M.; ROSS, M. **Ocha´S Mission**. Geneva: [*s. n.*], 2007.

KAKA, J. **Uganda's 2016 Elections: Another Setback for Democracy in Africa** | IPI Global Observatory. 24 Feb. 2016. Disponível em: https://theglobalobservatory.org/2016/02/ugandas-2016-elections-another-setback-for-democracy-in-africa/. Acesso em: 17 de jun. de 2020.

KIPLAGAT, Bethuel. Reaching the 1985 Nairobi Agreement. *In*: **Accord: protracted conflict, elusive peace: initiatives to end the violence in northern Uganda**. Org. LUCIMA, Okello. Conciliation Resources: London, 2002.

LUCIMA, Okello; NYEKO, Balam. Profiles of the parties of conflict. *In*: **Accord: protracted conflict, elusive peace: initiatives to end the violence in northern Uganda**. Org. LUCIMA, Okello. Conciliation Resources: London, 2002.

OMACH, Paul. Democratization and Conflict Resolution in Uganda. **Les Cahiers d'Afrique de l'Est / The East African Review**. nº 41, p. 1-20, may, 2009. Disponível em: https://journals.openedition.org/eastafrica/576. Acesso em: 17 de jun. 2020

OTUNNU, Ogenga. Causes and consequences of the war in Acholiland. *In*: **Accord: protracted conflict, elusive peace: initiatives to end the violence in northern Uganda**. Org. LUCIMA, Okello. Conciliation Resources: London, 2002.

PEACE INSIGHT. **Uganda: Conflict and peace**. Oct. 2017. Disponível em: https://www.peaceinsight.org/conflicts/uganda/. Acesso em: 19 de jun. de 2020.

PLOUGHSHARES. **Armed Conflicts Report**. Ontario: [*s. n.*], 2009. Disponível em: https://www.justice.gov/sites/default/files/eoir/legacy/2014/02/25/Uganda.pdf. Acesso em: 17 de jun. de 2020.

RELIEFWEB. **Map of Uganda: Showing Conflict Affected Areas**. August 2007. 1 fotografia . 27 Aug. 2007 Disponível em: https://reliefweb.int/map/uganda/map-uganda-showing-conflict-affected-areas-august-2007. Acesso em: 17 de jun. de 2020.

RUGUMAMU, Severine; GBLA, **Osman. Studies in reconstruction and capacity building in post-conflict countries in Africa**: Some lessons of experience from Uganda. May, 2004. Disponível em: https://elibrary.acbfpact.org/acbf/collect/acbf/index/assoc/HASH0180/96b7bb1c/f63e60fd/31a4.dir/Thematic94.pdf. Acesso em: 17 de jun. de 2020.

TUMUSIIME, M. **Peace and Conflict Monitor, Disarmament, Demobilization and Reintegration of Ex-Combatants in Conflict Affected Northern Uganda.** 1 Jul. 2010. Disponível em: http://www.monitor.upeace.org/printer.cfm?id_article=731. Acesso em: 17 de jun. de 2020.

UGANDA blocks a million first-time voters. **DW**. 29 Feb. 2020a. Disponível em: https://www.dw.com/en/uganda-blocks-a-million-first-time-voters/a-52575191. Acesso em: 17 de jun. de 2020.

UGANDA country profile. **BBC News**. 10 May 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-africa-14107906. Acesso em: 19 ago. 2020.

UGANDA goes to the polls gripped by fear of political violence. **The Guardian**. 17 Feb. 2016**.** Disponível em: https://www.theguardian.com/global-development/2016/feb/17/uganda-election-fear-political-violence-yoweri-museveni-kizza-besigye-amama-mbabazi. Acesso em: 17 de jun. de 2020.

UGANDA police break up rally, arrest opposition figure Bobi Wine. **DW**. 6 Jan. 2020b. Disponível em: https://www.dw.com/en/uganda-police-break-up-rally-arrest-opposition-figure-bobi-wine/a-51906664. Acesso em: 19 de jun. de 2020.

UNITED NATIONS. **The Uganda peace talks Agreement for the restoration of peace to the sovereign state of the Republic of Uganda**. 1985. Disponível em: https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/UG_851217_The Uganda Peace Talks Agreement.pdf. Acesso em: 18 de jun. de 2020.

UNITED NATIONS. **Rwanda:** UNAMIR mandate. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/unamirM.htm. Acesso em: 18 de jun. de 2020.

USAID. **Democracy, Governance and Conflict** | Uganda | U.S. Agency for International Development. 26 May 2020. Disponível em: https://www.usaid.gov/uganda/democracy-governance-and-conflict. Acesso em: 17 de jun. de 2020.

O CONFLITO ARMADO NA COLÔMBIA

Leonardo Rodrigues Taquece[1]
Maria Aparecida Felix Mercadante[2]

Fonte: DEPOSIT PHOTOS, 2019.

O conflito na Colômbia é um dos mais antigos da América Latina. Os episódios de violência se sustentam em um quadro duradouro de enfrentamentos entre diferentes grupos armados – guerrilhas insurgentes, grupos narcotraficantes, grupos paramilitares e grupos de *delincuencia organizada* (GAO) – entre si e, também, contra as forças do governo. Assim, cabe destacar que em cada região, cada departamento e em cada cidade, a interação entre os atores envolvidos e a intensidade dos conflitos combinaram-se e se desenvolveram muitas vezes com dinâmicas distintas e temporalidades diferentes. Um dos confrontos mais conhecidos é o que ocorre entre o governo colombiano e as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pluebo* (FARC-EP) e que tem início na década de 1960.

O surgimento das FARC-EP e o desenvolvimento da violência política na disputa pelo poder estão historicamente enraizados na cultura bipartidarista, oriunda do processo de independência da Colômbia, e nos confrontos ligados às disputas eleitorais do período.

[1] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP) e bolsista CAPES. E-mail: taquece@gmail.com.
[2] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP) e bolsista CAPES. E-mail: mariaamercadante@hotmail.com.

O progresso da violência entre o Partido Liberal e o Partido Conservador se desdobrou no período *La Violencia* entre, aproximadamente, os anos de 1948 e 1958. Ainda que todas as regiões do país tenham sofrido de algum modo as consequências do imaginário político polarizado, as áreas rurais foram as mais afetadas pela violência armada, contribuindo para o desenvolvimento de movimentos de resistência campesina ou *autodefensas* – embriões dos futuros movimentos guerrilheiros (BUSHNELL, 2007; GRUPO DE MEMORIA HISTÓRICA, 2013).

De acordo com a narrativa oficial das FARC-EP (FARC-EP, s/d), seu surgimento deve-se à exclusão política e aos ataques do Exército Nacional contra o que ficou conhecido como *"Repúblicas Independientes"*, zonas criadas por camponeses deslocados de suas antigas terras e que por via armada se colocavam à parte do controle estatal. Formadas por Charro Negro, Manuel Marulanda e Ciro Trujillo, as zonas de colonização campesina armada reforçavam os conceitos de ameaça à segurança interna no contexto de Guerra Fria. O ataque à Marquetalia e às demais colônias agrícolas, em 1964, torna-se o marco de criação do grupo guerrilheiro. O porquê de a origem ter se dado nessa região estaria ligado a dois litígios históricos: a luta de indígenas pela posse da terra e a luta de reconhecimento dos direitos políticos por parte dos campesinos (MOLANO, 2016).

A Primeira Conferência Guerrilheira, em 1965, forma o *Bloque Sur*. O nome *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* (FARC) é resultado da segunda conferência guerrilheira no ano de 1966; e, o acréscimo de "*Ejército del Pueblo*" é feito somente na Sétima Conferência em 1983 (FARC-EP, s/d). Em seu estatuto, as FARC-EP se definem como um "movimento político-militar que desenvolve sua ação ideológica, política, organizativa, propagandística e armada de guerrilha, conforme a tática de combinação de todas as formas de luta de massas pelo poder para o povo" (FARC-EP, 1993). Destaca-se que quase concomitante ao desenvolvimento das FARC-EP, ocorre o desenvolvimento de outros grupos guerrilheiros, sendo os mais conhecidos, o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN), *Ejército Popular de Liberación* (EPL), *Movimiento 19 de Abril* (M-19) e o movimento indigenista *Quintín Lame*.

A resposta à ascensão da mobilização social realizada pelas guerrilhas foi evidentemente militar, com a multiplicação das zonas de atuação e a consolidação territorial de grupos paramilitares como força contrainsurgente, especialmente, a partir dos anos 80. A expansão do paramilitarismo combinou com políticas governamentais que possibilitaram esse processo, os grupos paramilitares pertenciam a uma fronteira ambígua entre legalidade e ilegalidade, muitas vezes servindo como força de apoio para as unidades militares do Estado (PÉCAULT, 2008). No grupo paramilitar *Muerte a*

Secuestradores (MAS), por exemplo, uma investigação, em 1983, encontrou que 69 dos 163 membros eram integrantes das Forças Armadas (GRUPO DE MEMORIA HISTÓRICA, 2013, p. 137). A aliança dos grupos paramilitares resultou na formação do grupo *Autodefensas Unidas de Colombia (AUC)*, em 1995, com o objetivo de coordenar as ações contrainsurgentes.

Dada a conjuntura de Guerra Fria em que vivia o sistema internacional, o sucesso da Revolução Cubana, somado ao surgimento de organizações guerrilheiras com ideologias comunistas em território colombiano, contribuiu para que o conflito colombiano se inserisse na lógica internacional – e regional – de combate e contenção ao comunismo. As estratégias de atuação anticomunista dos Estados Unidos no continente americano são bem conhecidas, na Colômbia, a incorporação da doutrina de segurança nacional e a tese do inimigo interno encontraram reforço na exclusão de forças políticas distintas dos partidos tradicionais, justificando as ações repressivas em favor da manutenção da ordem social (GRUPO DE MEMORIA HISTÓRICA, 2013).

Para além das disputas envolvendo as questões militares e ideológicas, a consolidação da economia da droga nas regiões de atuação dos grupos armados e o desenvolvimento dos grandes cartéis – Cartel de Cali e Cartel de Medellín – promoveram o agravamento do conflito colombiano nos anos 80 e 90 (CAMACHO, 2011). Uma das primeiras expressões da vinculação do narcotráfico com as organizações foi o desenvolvimento do *narcoparamilitarismo*, de modo que os efeitos dessa aliança na luta contrainsurgente tornaram mais complexa a relação entre os atores. Embora tivessem um caráter anti-subversivo, aliado aos interesses do Estado colombiano, as organizações de paramilitares se colocavam, ao mesmo tempo, como inimigas na luta nacional e internacional contra o narcotráfico. Ademais, a economia da droga, progressivamente, somava-se ao sequestro extorsivo como as principais fontes de renda no financiamento da expansão territorial e militar das guerrilhas, especialmente, das FARC-EP. Assim, os narcotraficantes têm um papel central no conflito colombiano, uma vez que fornecem os recursos econômicos para todos os atores envolvidos (GRUPO DE MEMORIA HISTÓRICA, 2013; TICKNER, GARCÍA e ARREAZA, 2011; PÉCAULT, 2008).

A atuação violenta do Cartel de Medellín merece destaque, uma vez que o cartel foi responsável, em 1989, por alguns dos atentados que marcaram a história da Colômbia: a explosão de um Boeing 727 da Avianca, que deixou 110 mortos (30 AÑOS..., 2019), e a explosão do carro-bomba em frente ao *Departamento Administrativo de Seguridad*, que deixou ao menos 63 mortos e mais de 600 pessoas feridas ("OTRA NARCO-MASACRE"..., 2019). A expansão dos cultivos ilícitos qualificaria a Colômbia como a

maior produtora mundial de cocaína e a política nacional de combate ao narcotráfico passaria a ser apoiada na estratégia internacional do governo norte-americano, uma estratégia militarizada de combate à oferta que nasce na "Guerra às Drogas" e se mantém com os programas de ajuda militar do governo norte-americano aos países andinos.

O envolvimento do narcotráfico com a política colombiana e a denúncia do Cartel de Cali ter financiado a campanha presidencial de Ernesto Samper, em 1994, levou à mobilização do conceito de 'narcodemocracia' para referir-se ao país (COLOMBIA..., 1994; EL 0800.., 2017). Fato este que contribuiu para que, mesmo com a posterior desmobilização dos grandes cartéis, a cooperação no campo militar com os Estados Unidos permanecesse sob a justificativa de falta de capacidade do governo colombiano de lidar com o problema das drogas e pelo progressivo envolvimento das FARC-EP com o narcotráfico. A campanha contrainsurgente e a campanha antinarcóticos se transformariam em uma só e direcionariam a assistência técnica-militar norte-americana para o combate as guerrilhas. O Plano Colômbia, em 1999, e a campanha militar do Plano Patriota, em 2003, são exemplos da ofensiva contra as FARC-EP, que sofreria os impactos da modernização das Forças Armadas com perdas significativas de combatentes e territórios (PÉCAULT, 2008; PLAN PATRIOTA, 2006; ROJAS, 2005). A respeito da estratégia militarizada do período, cabe destacar as execuções extrajudiciais realizadas pelo Exército Nacional, os militares promoviam o assassinato de civis e estes eram apresentados como guerrilheiros. O escândalo ficou conhecido como os 'falsos positivos' e o objetivo era manipular as estatísticas para mostrar "bons" resultados no combate às guerrilhas (180 BATALLONES..., 2015).

O enfraquecimento militar das FARC-EP, a diminuição dos aportes financeiros norte-americanos após a crise de 2008, a eleição do presidente colombiano Juan Manuel Santos em 2010 e algumas mudanças na política de Defesa e Segurança, orientadas para democracia e desenvolvimento social, são alguns dos fatores que propiciaram a formulação de uma nova tentativa de resolução do conflito colombiano por meio de um processo de paz[3]. Em 2012 são iniciadas mesas de diálogo com as FARC-EP e, em 2014, reuniões exploratórias para o início do diálogo com o ELN. Os diálogos com as FARC-EP resultariam, em 2016, no Acordo Final para a Terminação do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Duradoura firmado entre o governo e a guerrilha em Havana, Cuba. As FARC-EP se converteram no Partido Força Alternativa Revolucionária do

[3] Historicamente houve outras tentativas de realização de acordos de paz com a guerrilha das FARC-EP, como os Acuerdos de La Uribe em 1984 e os Diálogos de Caguán em 1999.

Comum (FARC)[4] e passaram então a atuar nos processos eleitorais desde 2017 (COLOMBIA, 2016).

A entrega das armas pela guerrilha das FARC-EP, entretanto, não garantiu o fim do problema das drogas, nem o fim da violência armada em território colombiano. A Colômbia continua sendo o maior produtor de cocaína do mundo, com cerca de 169.000ha de cultivo de coca no ano de 2018 (COLOMBIA..., 2019). Ademais, os diálogos com o ELN foram encerrados sem acordo em fevereiro de 2019 (FUNDACIÓN IDEAS PARA LA PAZ, 2017). A manutenção dos cultivos permite que as unidades dissidentes das FARC-EP, que não aderiram ao Acordo Final, continuem atuando e que novos grupos armados organizados continuem surgindo e ocupando as zonas estratégicas para operar o narcotráfico, como as conhecidas *Bandas Criminales* (*Bacrim*) ou *Grupos de Delincuencia Organizada* (GDO) (FUNDACIÓN IDEAS PARA LA PAZ, 2017). Outra questão importante foi o anúncio, em agosto de 2019, da "refundação" da guerrilha FARC-EP e do abandono do processo de reincorporação por parte de alguns de alguns ex-combatentes, incluindo Iván Márquez, ex-chefe negociador do processo de paz de Havana (MÁRQUEZ..., 2019).

De acordo com as estatísticas do Centro Nacional de Memória História (2012), entre 1958 e 2012, 218.094 pessoas morreram por causa do conflito armado — sendo 177.307 civis e apenas 40.787 combatentes. Outro dado capaz de mostrar a dimensão da violência gerada pelo conflito colombiano é o registro de vítimas realizado pelo governo, neste registro, 8.944.137 pessoas haviam sido vítimas direta ou indiretamente do conflito armado até janeiro de 2020 (COLOMBIA, 2020). De acordo com o relatório da Agência da ONU para Refugiados, a Colômbia ocupa desde 2015 a primeira colocação no *ranking* de países com maiores vítimas de deslocamentos internos, chegando a mais de 7 milhões de pessoas internamente deslocadas (UNHCR, 2019, p. 35).

Com respeito à manutenção da violência em tempos de "paz", desde a firma do Acordo Final, tem-se registrado o assassinato sistemático de líderes sociais e de defensores dos direitos humanos em território colombiano, ainda que não haja consenso, uma vez que os métodos empregados para definição de "líderes" são distintos nas organizações, o *Instituto de Estudios para el Desarrollo y la Paz* aponta que o número de vítimas pode chegar a até 760 pessoas entre 2016 e 2019 (LAS DIFERENCIAS..., 2020). Os ex-combatentes das FARC também têm sido vítimas dessa violência, a *Misión de Verificación das Naciones Unidas en Colombia* (2020) divulgou no último dia 26 de

[4] Para mais informações sobre o Partido FARC, consultar o site oficial: https://partidofarc.com.co/farc/

junho, que 204 ex-combatentes firmantes dos acordos foram mortos e 15 ex-combatentes estão desaparecidos (MISIÓN, 2020). O caminho atual parece levar a Colômbia a reviver a história de outra tentativa de participação partidária por parte dos ex-combatentes das FARC-EP: o genocídio contra a União Patriótica nos anos 80[5].

REFERÊNCIAS

'180 BATALLONES investigados por falsos positivos': Human Rights Watch. **El Tiempo**, [s,l] 23 de jun. 2015. Archivo. Disponível em: https://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-15996076. Acesso em: 22 ago. 2020.

"MÁRQUEZ", "Santrich" y "El Paisa" reaparecen para anunciar "nueva etapa de lucha" armada. **El Colombiano**, Colombia, 29 de Ago. 2019. Disponível em: https://www.elcolombiano.com/colombia/paz-y-derechos-humanos/ivan-marquez-jesus-santrich-y-el-paisa-reaparecen-y-anuncian-en-video-retoma-de-armas-CF11507072. Acesso em: 22 ago. 2020.

"OTRA NARCO-MASACRE": así registró El Espectador la bomba contra el DAS en 1989. **El Espectador**, Colombia, 6 de dez. 2019. Judicial. Disponível em: https://www.elespectador.com/noticias/judicial/otra-narco-masacre-asi-registro-el-espectador-la-bomba-contra-el-das-en-1989/. Acesso em: 22 ago. 2020.

30 AÑOS del fatídico vuelo 203 de Avianca. **El Helardo**, Colombia, 27 de Nov. 2019. Colombia. Disponível em: https://www.elheraldo.co/colombia/30-anos-del-fatidico-vuelo-203-de-avianca-683582 Acesso em: 20 maio 2020.

BUSHNELL, David. **Colombia: Una nación a pesar de sí misma**. Bogotá: Planeta. 2007

CAMACHO, Adriana; MEJÍA, Daniel. Consecuencias de la aspersión aérea en la salud: evidencia desde el caso colombiano. In: ARIAS, Maria; CAMACHO, Adriana; IBÁÑEZ, Ana María; MEJÍA, Daniel; RODRIGUEZ, Catherine. (comp.). **Costos Económicos y Sociales del Conflicto en Colombia**: ¿Cómo construir un posconflicto sostenible? Bogotá: Universidad de los Andes. 2014.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA. **Estadísticas del conflicto armado en Colombia**. 2012. Disponível em: http://www.centrodememoriahistorica.gov.co/micrositios/informeGeneral/estadisticas.html. Acesso em: 21 ago. 2020.

CEPEDA, Iván. Genocídio político: el caso de la Unión Patriótica en Colombia. In: **Revista CEJIL** - Debates sobre los derechos humanos y el sistema interamericano, [s,l], año I, n.2, pp.101-112, set. de 2006. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/tablas/r24797.pdf

COLOMBIA sigue siendo el mayor productor de coca del mundo: ONU. **Radio Nacional de Colombia**. 02 de Ago. 2019. Disponível em: https://www.radionacional.co/noticias/actualidad/coca-colombia-onu. Acesso em: 22 ago. 2020.

[5] Para mais informações sobre o caso de genocídio da UP ver: (CEPEDA, 2006).

COLOMBIA, una "narcodemocracia". **El País,** [s,l], 30 de Oct. 1994. Disponível em: https://elpais.com/diario/1994/10/01/internacional/780966010_850215.html. Acesso em: 22 ago. 2020.

COLOMBIA. Acuerdo Final Para La Terminación Del Conflicto Y La Construcción De Una Paz Estable Y Duradera. **Cancilleria**. 12 de nov. 2016. Disponível em: https://www.cancilleria.gov.co/sites/default/files/Fotos2016/12.11_1.2016nuevoacuerdofinal.pdf. Acesso em 22 de ago. 2020.

COLOMBIA. **Unidad Victimas**. 2020. Disponível em: https://cifras.unidadvictimas.gov.co. Acesso em: 22 ago. 2020.

DEPOSIT PHOTOS. **Colombians protesting against the FARC in Bogota, back in 2012.** 29 ago. 2019. Disponível em: https://latinamericareports.com/guide-to-colombias-fragile-peace-process/3000/. Acesso em: 22 ago. 2020.

EL 8000: así fue el narcoescándalo que avergonzó a Colombia | PARTE 1. **El Espectador**, Colombia, 3 de Nov. 2017, Judicial. Disponível em: https://www.elespectador.com/noticias/judicial/el-8000-asi-fue-el-narcoescandalo-que-avergonzo-a-colombia-parte-1/. Acesso em: 22 ago. 2020.

FARC-EP: Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia**. Quiénes somos y por qué luchamos** [s/d]. Disponível em: http://www.farc-ep.co/nosotros.html Acesso em: 20 maio 2020.

FARC-EP. Estatuto de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC-EP). 1993. Disponível em: https://www.farc-ep.co/octava-conferencia/estatuto-farc-ep.html. Acesso em: 20 maio 2020.

FUNDACIÓN IDEAS PARA LA PAZ. C**rimen organizado y saboteadores armados en tiempos de transición.** Bogotá, jul, 2017. Disponível em: http://ideaspaz.org/media/website/FIP_crimenorganizado.pdf. Acesso em: 20 maio 2020.

FUNDACIÓN IDEAS PARA LA PAZ. **El proceso de paz con el ELN**. 2016. Disponível em: http://www.ideaspaz.org/especiales/eln/. Acesso em: 22 ago. 2020.

GRUPO DE MEMÓRIA HISTÓRICA – GMH. **¡BASTA YA! Colombia**: Memorias de guerra y dignidad. Bogotá: Imprensa Nacional, 2013. Disponível em: http://centrodememoriahistorica.gov.co/descargas/informes2013/bastaYa/basta-ya-colombia-memorias-de-guerra-y-dignidad-2016.pdf. Acesso em: 20 maio 2020

LAS DIFERENCIAS en las cifras sobre asesinatos de líderes sociales en Colombia. **Anadolu Agency**, [s,l], 16 de jan. 2020. Mundo. Disponível em: https://www.aa.com.tr/es/mundo/las-diferencias-en-las-cifras-sobre-asesinatos-de-l%C3%ADderes-sociales-en-colombia/1704068. Acesso em: 20 maio 2020.

MISIÓN DE VERIFICACIÓN DAS NACIONES UNIDAS EN COLOMBIA. **Informe trimestral del Secretario General.** 26 de junio de 2020. Disponível em: https://colombia.unmissions.org/sites/default/files/n2015185.pdf. Acesso em: 22 ago. 2020.

MOLANO, Alfredo. **A lomo de mula: viajes al corazón de las Farc.** Bogotá: Aguilar. 2016.

PÉCAULT, Daniel. Las FARC: fuentes de su longevidad y de la conservación de su cohesión. **Análisis político [**Bogotá], n.63, pp. 22-50, maio./agost. 2008.

PLAN PATRIOTA. **Semana**, [s,l], 02 de maio 2006, Antecedentes. Disponível em: https://www.semana.com/on-line/articulo/plan-patriota/70525-3. Acesso em: 22 ago. 2020.

ROJAS, Diana. Estados Unidos y la guerra en Colombia. In: INSTITUTO DE ESTUDIOS POLÍTICOS Y RELACIONES INTERNACIONALES. **Nuestra guerra sin nombre. Las transformaciones del conflicto en Colombia.** Bogotá: Editorial Norma, 2005.

TICKNER, Arlene; GARCÍA, Diego; ARREAZA, Catalina. Actores violentos no estatales y narcotráfico en Colombia. In: GAVÍRIA, Alejandro; MEJÍA, Daniel (comp.). **Políticas antidroga en Colombia**: éxitos, fracasos y extravíos. Bogotá: Universidad de los Andes. 2011.

UNHCR. The UN Refugee Agency. **Global Trends: Forced displacement in 2018.** 2018. Disponível em: https://www.unhcr.org/5d08d7ee7.pdf#_ga=2.214246807.1642386792.1589554806-1068563153.1589554806 Acesso em: 20 maio 2020.

CONFLITO NO NORTE DO PARAGUAI: ENTRE A FORÇA-TAREFA CONJUNTA E O EXÉRCITO DO POVO PARAGUAIO

Vitória Totti Salgado[1]

Fonte: Gentileza, 2020.

Na região norte do Paraguai, nos departamentos de Concepción, San Pedro e Amambay, o grupo intitulado *Ejército del Pueblo Paraguayo* (EPP, Exército do Povo Paraguaio) atua sob essa alcunha desde março de 2008. Apesar do grupo ter adotado o nome EPP somente no início do século, as suas raízes remontam ao período de transição para o regime democrático no Paraguai, após a queda do ditador Alfredo Stroessner, em 1989. Trata-se de um grupo armado organizado, composto por homens e mulheres da zona rural, com formação teórica e política de esquerda, cujos líderes possuem antecedentes de militância cristã (MARTENS, 2017). O EPP postula o uso da violência revolucionária como estratégica de mudança política e social, como expresso em seus comunicados e proclamações[2], e reivindica a redistribuição de terras por meio da reforma agrária e a proibição do uso de agrotóxicos na região, dentre outras pautas que colocam em evidência as necessidades do povo campesino (MARTENS, 2017).

Ao iniciar uma análise sobre o corrente conflito entre as forças estatais do

[1] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais 'San Tiago Dantas' (UNESP, UNICAMP, PUC-SP) e bolsista CAPES. Pesquisadora vinculada ao Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), ao Observatório de Regionalismo (ODR), à Rede de Pesquisa em Política Externa e Regionalismo (REPRI) e à Rede DIPP – *Development, International Politics and Peace*. E-mail: vitoria.totti@unesp.br.

[2] Ver: https://www.youtube.com/watch?v=BbM_-jcH2Po.

Paraguai e o Exército do Povo Paraguaio, propõe-se uma reflexão sobre: (i) o histórico, a estrutura e o funcionamento do EPP enquanto grupo armado organizado; (ii) as características da região onde o grupo atua e a presença de grupos brasileiros ligados ao tráfico internacional como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) nesta mesma região; e (iii) as respostas estatais de combate ao crime organizado e ao EPP na região norte do país.

Existem interpretações díspares e contraditórias, tanto na esfera pública como privada, assim como nos meios de comunicação locais, em relação à natureza do EPP, os seus objetivos, e quem se beneficia com a sua existência (MARTENS, 2017). A produção acadêmica-científica sobre as ações do grupo e o conflito ainda é escassa, e não há consenso sobre sua identidade e principais características, sendo nomeado de diferentes maneiras nos últimos anos: grupo guerrilheiro, terroristas, insurgentes, ou simplesmente criminosos[3]. A determinação da natureza do grupo transcende o interesse acadêmico, pois é capaz de fornecer informações factíveis aos tomadores de decisão, às organizações e movimentos sociais, aos partidos e movimentos políticos, entre outras instituições de interesse que realizam ações na mesma área de influência do EPP, a fim de facilitar a compreensão sobre as implicações e consequências de sua abordagem frente as ações do grupo (MARTENS, 2017).

Nesse sentido, de modo a compreender o atual conflito entre as forças estatais do Paraguai e o EPP, é necessário perscrutar as origens que levaram à criação do grupo. Durante a ditadura de Stroessner (1954-1989), os departamentos de Concepción e San Pedro vivenciaram um considerável fluxo de migrantes rurais como parte do *eje norte* (eixo norte) do programa de colonização, que foi executado pela agência estatal de reforma agrária, o *Instituto de Bienestar Rural* (IBR). De 1963 a 1988, cerca de 24 mil famílias receberam terras fiscais (terras estatais) em colônias rudimentares nos dois departamentos. No entanto, a *Comisión de Verdad y Justicia* reportou, em 2008, que 36% do total de terras fiscais atribuídas aos dois departamentos eram ilegais e foram vendidas pelo regime Stroessner para os seus apoiadores civis e militares (NICKSON, 2018). Assim sendo, a maioria das pessoas assentadas não possuía definitivamente os títulos da terra, apesar de pagarem prestações mensais aos funcionários do IBR.

O fracasso do criminoso programa de colonização do *eje norte* contribuiu para a emergência de um movimento cooperativo campesino, no início da década de 1960,

[3] Para obter mais informações sobre o EPP, ver: MARTENS (2017), onde são apresentadas suas características e formas de ação, áreas de atuação e número de membros, meios propaganda, ações de confronto realizadas, relacionamento com o narcotráfico, fontes de financiamento, relações internacionais, entre outros aspectos.

denominado *Ligas Agrarias Cristianas* (LAC), promovido por setores "radicais" da Igreja Católica. O grupo foi violentamente reprimido em meados dos anos 70 e, somente após a queda de Stroessner, em 1989, voltaria a surgir um movimento campesino, nomeado *Organización Campesina del Norte* (OCN) e liderado pelos sobreviventes da LAC (NICKSON, 2018).

A gênese do EPP, dado o histórico apresentado previamente, pode ser associada à Igreja Católica e aos primeiros movimentos campesinos da região norte do Paraguai. Em abril de 1990, Juan Arrom e Alcides Oviedo se conheceram na Universidade Católica de Assunção, e ambos viriam a se tornar os líderes-fundadores do EPP. Em 1992, Oviedo e outros estudantes fundaram o *Movimiento Monseñor Oscar Romero* (MMOR), um movimento "radical" católico que rapidamente se converteria no *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP), uma ala militar nominalmente independente, porém sob o controle do embrionário *Partido Patria Libre* (PPL). Em 1997, o ERP se mudou para o departamento de San Pedro onde estabeleceria contato com os membros restantes da LAC.

O ERP e as suas reivindicações viriam a ganhar espaço na mídia após o sequestro de Maria Edith Bordon de Debernardi, filha do diretor paraguaio da Itaipú Binacional, em 2001. Bordon foi libertada 64 dias depois de seu sequestro sob o pagamento de aproximadamente 1 milhão de dólares. Em 2004, a filha do ex-presidente Raúl Cubas Grau, Cecilia Cubas, foi também sequestrada. O grupo recebeu o pagamento de 300 mil dólares e, mais de dois meses após o pagamento, o corpo de Cubas foi encontrado em uma casa em Ñemby. Depois desse episódio, o *Partido Patria Libre* rompeu laços com o então ERP. Em março de 2008, o ERP seria renomeado *Ejército del Pueblo Paraguayo* e realizaria o seu primeiro ataque sob a autoria do novo grupo: um incêndio de maquinários agrícolas pertencentes a um latifundiário *brasiguayo* produtor de soja (McDERMOTT, 2015).

A zona geográfica de atuação do EPP – os departamentos de Concepción, San Pedro e Amambay – possuem algumas características específicas que desvelam aspectos importantes da perenidade do grupo na região. Concepción, San Pedro e Amambay juntos somam cerca de 32% de todo o território Oriental do Paraguai, com uma população de quase 700 mil pessoas. Concepción e San Pedro são departamentos onde há grande presença da pecuária bovina e, segundo dados oficias do Ministério da Agricultura do Paraguai (2012), em ambos departamentos, 22.020 pessoas possuem entre 1 a 20 cabeças de gado, enquanto menos de 500 pessoas possuem o poder econômico para ter mais de 1.000 cabeças de gado bovino (IRALA; CARDOZO, 2016). Ademais, nas últimas décadas, o cultivo de soja e grãos têm crescido exponencialmente na região, o que se

soma ao processo de "estrangeirização" e concentração da posse da terra no Paraguai, processo no qual o Brasil possui um papel determinante (PEREIRA, 2016). Tais dados revelam consequências da desigual distribuição de terras e das perniciosas consequências da Era Stroessner para o campesinato.

Além disso, os departamentos da fronteira nordeste do Paraguai coincidem com a área de atuação de grupos brasileiros ligados ao narcotráfico internacional, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV). Os territórios de Concepción e Amambay, principalmente, são usados como portos de entrada para a cocaína boliviana, peruana ou colombiana que entram no Paraguai para seguir, via terrestre, para o mercado brasileiro (MARTENS, 2019).

Apesar de haver especulações sobre a vinculação do EPP ao narcotráfico, especialmente às grandes plantações de *cannabis* na região, fontes do Ministério do Interior, da Procuradoria Geral e da Secretaria Nacional Antidrogas do Paraguai declararam que não há casos abertos que vincule diretamente o EPP ao narcotráfico e nem evidências que comprovem tal relação. (McDERMOTT, 2015; MARTENS, 2017).

Desde a sua criação, o EPP realizou mais de cem ações armadas, a grande maioria nos departamentos de Concepción e San Pedro. Essas ações consistem em sequestros, ataques a propriedades, atentados contra postos policiais ou militares isolados, bombas colocadas em meios de comunicação e em uma sucursal da Procuradoria Geral, dois ataques a torres de eletricidade e diversas emboscadas. Nestes atentados, morreram mais de sessenta pessoas, tanto civis como de forças policiais ou militares (McDERMOTT, 2015; MARTENS, 2017).

Em 2010 e 2011, o presidente Fernando Lugo declarou Estado de Exceção (lei 3994/10 e lei 4473/1), por 30 e 60 dias respectivamente, e ambas as declarações abarcavam os departamentos de Concepción e San Pedro. Nas duas ocasiões, os motivos para as declarações referiam-se ao combate ao EPP devido aos ataques cometidos pelo grupo (IRALA; CARDOZO, 2016). Em 2013, logo após assumir a presidência do Paraguai, Horacio Cartes enviou ao Congresso uma reforma para permitir a atuação do exército contra o EPP. A lei 5036/13 modificou a lei 1337 *"De Defensa Nacional y de Seguridad Interna"* com a finalidade de permitir a participação dos militares na segurança doméstica do país. Em 24 de agosto de 2013, o presidente Cartes estabeleceu a *Fuerza de Tarea Conjunta* (FTC, Força-Tarefa Conjunta) através do Decreto n° 103, uma força armada integrada por efetivos militares, policiais e da Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), cujo objetivo é combater o crime organizado e grupos criminais que operam na zona norte do país (McDERMOTT, 2015; MARTENS, 2017). Desde então, os

departamentos de Concepción, San Pedro e Amambay, têm presença militar extraordinária permanente, apesar de terem sido alvo de intervenções pelas Forças Armadas desde 2010 sob a forma de estados de exceção ou operações militares (MARTENS, 2017).

Apesar do EPP atuar em uma zona geográfica restrita, as ações tanto da polícia como da FTC foram insuficientes para a dissolução ou contenção do grupo. A grande mídia insinua que não há vontade política em combater o grupo efetivamente, e que as redes de corrupção tanto na polícia como no exército são muito desenvolvidas e profundas. Um estudo acadêmico realizado pelo Instituto de Estudos Comparados em Ciências Penais e Sociais (Inecip-Py, acrônimo em espanhol), com apoio da organização Serviço de Paz e Justiça (Serpaj-Py) e o financiamento da agência sueca Diakonia, revelou padrões violentos e abusos por parte da FTC nas comunidades de Concepción e San Pedro (VIOLENCIA...,2019). De acordo com o estudo, baseado em cerca de 72 entrevistas com moradores destes departamentos, os abusos da FTC vão desde execuções extrajudiciais à tortura, buscas ilegais e detenções arbitrárias.

Devido às denúncias de violações de direitos humanos cometidas pelos militares da Força-Tarefa Conjunta, o Serjap apresentou em junho de 2019 um documento ao Congresso representando várias organizações civis e camponesas que pedem a revogação da lei 5036/13, que proporcionou a criação da FTC (SOLICITAN..., 2019). Ademais, o orçamento da FTC para o ano de 2019 é de mais de 14 milhões de dólares, dinheiro que, de acordo com estas organizações, poderia ser utilizado para melhorar as condições de vida dos moradores de Concepción e San Pedro. Percebe-se que as medidas estatais adotadas para o combate ao EPP se converteram em uma indústria que gera milhões de dólares, administrada pelos mesmos chefes policias e militares responsáveis por este enfrentamento, e que são provenientes de uma cultura institucional com altos índices de corrupção (MARTENS, 2017, 2019).

Em junho deste ano, a *Asociación Rural del Paraguay* (ARP, Associação Rural do Paraguai) celebrou o trabalho realizado pela Força-Tarefa Conjunta no combate ao EPP, cujos ataques têm impacto direto no trabalho dos latifundiários produtores de soja e gado bovino da região (ARP..., 2020). Não obstante, a opinião pública revela enorme insatisfação com os esforços do governo vigente, de Mario Abdo Benítez, contra o grupo, devido às várias denúncias de violações de direitos humanos pela FTC, aos altos orçamentos e gastos públicos destinados à Força-Tarefa, e aos altos índices de corrupção dentre os policiais e militares envolvidos no combate ao grupo guerrilheiro (APLAZAN..., 2019). O confronto entre a FTC e o EPP na região norte do Paraguai acaba

por agravar os problemas que a região enfrenta há décadas, quais sejam, a desigualdade social, a pobreza, a violência, a ausência do Estado, e a presença patente do crime organizado e do tráfico internacional de drogas.

REFERÊNCIAS

APLAZAN al Gobierno en la pobre lucha contra el EPP en zona Norte. **Ultima Hora.** 19 ago. 2019. Disponível em: https://www.ultimahora.com/aplazan-al-gobierno-la-pobre-lucha-contra-el-epp-zona-norte-n2838877.html. Acesso em: 17 jun. 2020.

ARP destaca trabajo de la FTC en el Norte en combate al EPP. **La Nación.** 15 jun. 2020. Disponível: https://www.lanacion.com.py/pais/2020/06/15/arp-destaca-trabajo-de-la-ftc-en-el-norte-en-combate-al-epp/. Acesso em: 17 jun. 2020.

EPP – EJERCITO DEL PUEBLO PARAGUAYO. Defesanet. In: YouTube. Vídeo (ca. 3:05 min). 8 set. 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BbM_-jcH2Po. Acesso em: 14 jun. 2020.

GENTILEZA. **Quema de tractores en la ciudad de Concepción**. 08 mayo 2020. 1 fotografia. Disponível em: https://www.ultimahora.com/fuerza-tarea-conjunta-indaga-quema-tractores-concepcion-n2884279.html. Acesso em: 14 jun. 2020.

IRALA, Abel Enrique; CARDOZO, Hugo J. P. Violencia armada y avance de la soja en el norte del Paraguay. **Revista Conflicto Social**, v. 9, n. 15, p. 180-208, 2016.

MARTENS, Juan A. Aproximaciones a la naturaleza del EPP desde la perspectiva de la insurgencia. **Revista Novapolis**, Asunción: Arandurã, n. 12, p. 43-68, diciembre 2017. Disponível em: http://novapolis.pyglobal.com/pdf/novapolis_ns_12.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

MARTENS, Juan A. Entre grupos armados, crimen organizado e ilegalismos: actores e impactos políticos y sociales de la violência en la frontera noreste de Paraguay con Brasil. **Revista sobre Acesso à Justiça e Direitos nas Américas**, Brasília, v. 3, n. 3, p. 65-87, ago./dez. 2019.

McDERMOTT, Jeremy. Ejército del Pueblo Paraguayo, ¿un nuevo grupo insurgente o simples bandidos? **Programa de Cooperación en Seguridad Regional**. Friedrich-Ebert-Stiftung (FES), Bogotá, 2015.

NICKSON, Andrew. Revolutionary Movements in Latin America after the Cold War: The Case of the Ejército del Pueblo Paraguayo. **Bulletin of Latin American Research**, Society of Latin American Studies. United Kingdom: Oxford: John Wiley & Sons Ltd, 2018.

PEREIRA, Lorena I. Estrangeirização da terra no Paraguai: Migração de camponeses e latifundiários brasileiros para o Paraguai. **Boletim DATALUTA**, n. 97, jan. 2016.

SOLICITAN eliminación de la Fuerza de Tarea Conjunta. **Resumen de Noticias.** 3 jun. 2019. Disponível em: https://www.rdn.com.py/2019/06/03/solicitan-eliminacion-de-la-fuerza-de-tarea-conjunta/ Acesso em: 10 jun. 2020.

VIOLENCIA en el Norte: Investigación señala patrón de abusos de la FTC. **Ultima Hora.** 2 sep. 2019. Disponível em: https://www.ultimahora.com/violencia-el-norte-investigacion-senala-patron-abusos-la-ftc-n2841469.html. Acesso em: 10 jun. 2020.

GUERRA CIVIL NO LESTE DA UCRÂNIA

Getúlio Alves de Almeida Neto[1]
Danielle Amaral Makio[2]

Fonte: GETTY IMAGES, [2014?].

Desde março de 2014, o Leste Ucraniano é palco de um conflito armado entre movimentos separatistas pró-Rússia que reivindicam a independência da República Popular de Donetsk e da República Popular de Lugansk, e o governo de Kiev. Também conhecido como Guerra em Donbass, região da bacia do rio Donets, o conflito deu-se na esteira das manifestações do Euromaidan em fins de 2013 e paralelamente à anexação da Crimeia pela Federação Russa. Em razão de evidências que apontam para o apoio indireto russo aos separatistas, através de suporte logístico e armamentista e do envio de tropas paramilitares à região (SCIUTTO, 2019), Kiev receia que haja uma nova anexação de parte do território ucraniano à Federação Russa, como ocorrera na Crimeia. Fruto desse contexto, o conflito reverbera na imagem russa perante a União Europeia, os Estados Unidos e outros países do chamado espaço pós-soviético. Sobretudo, a Guerra em Donbass reflete a tensão gerada pela oposição russa ao alargamento do bloco europeu em direção às regiões reivindicas por Moscou como sua zona de influência.

[1] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP) e bolsista CAPES. E-mail: getulio.neto@unesp.br
[2] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). E-mail: daniellemakio@gmail.com

O conflito é fortemente marcado por questões de cunho étnico, linguístico e cultural que dividem o país em dois grandes grupos identitários: enquanto o Centro-Oeste do país defende a aproximação com Europa, as populações do Sul e do Leste ucraniano defendem maior influência de Moscou na região, ou até mesmo a futura incorporação à Federação Russa. O caráter identitário e cultural do conflito tem suas raízes no processo de formação das identidades de russos e ucranianos, que remontam ao século IX. A origem comum dos atuais Estados Russo e Ucraniano é tema de controvérsia entre ambos os povos. A lacuna criada por esta ausência de consenso, por sua vez, reflete tanto na forma como a Ucrânia é vista pela Rússia quanto na percepção dos nacionais ucranianos sobre a Rússia (ADAM, 2018).

Somente após a dissolução da União Soviética em 1991, houve o surgimento do Estado Ucraniano soberano e independente (a despeito de um breve período após a Revolução de 1917). Como consequência do grande número de russos que permaneceram fora da Rússia após a extinção do bloco soviético, a Ucrânia conta com significativa parcela de russos étnicos na composição de sua população: 17,3% segundo o censo de 2001 (UCRÂNIA, 2001). No entanto, as características demográficas da Ucrânia sofrem de alto grau de regionalização. Nas regiões de Donetsk e Lugansk, a porcentagem de russos étnicos se eleva para 38,2% e 39%, respectivamente. Quanto ao número de russófonos, cerca de 75% da população da região do Donbass são falantes de russo, o que contribui para a percepção de pertencimento cultural à Rússia (GIELOW, 2019). À medida em que se observa a demografia ucraniana do Leste em direção a Oeste, menor é a porcentagem da população étnica russa ou falante da língua russa (UCRÂNIA, 2001).

Dentro desse contexto de divisão identitária no país, ocorrem as primeiras manifestações políticas em 2004, na chamada Revolução Laranja. Os protestos tiveram início após as alegações de fraude nas eleições a favor de Viktor Yanukovytch, de tendência pró-Rússia. Com o êxito das manifestações, realizaram-se novas eleições sob observação de órgãos nacionais e internacionais, culminando na eleição do governo pró-Ocidente liderado por Viktor Yushchenko (MIELNICZUK, 2014). Yushchenko, no entanto, não conseguiu se reeleger nas eleições de 2010, cujo vencedor foi Yanukovytch.

Apesar de não ser contrário à aproximação com a União Europeia, Yanukovytch era marcadamente mais favorável ao estreitamento das relações com Moscou do que seu antecessor. Nesse contexto, o presidente ucraniano suspendeu, em novembro de 2013, as negociações econômicas com a União Europeia, as quais possibilitariam a possível adesão do país ao bloco europeu no futuro (UKRAINE..., 2013). Em resposta à decisão do governo, tiveram início protestos da Praça Maidan, em Kiev, exigindo a renúncia do

Presidente Yanukovytch. Os protestos receberam o nome de Euromaidan, em alusão à reivindicação da população local da volta das negociações com Bruxelas, e duraram até fevereiro de 2014, marcados pela repressão policial e escalada da violência, culminando na fuga de Yanukovytch para a Rússia (HENDLER, 2014; SCIUTTO, 2019).

Após a fuga do então governante, instaurou-se um parlamento interino em Kiev. Dentro das medidas apresentadas pelo governo de transição, havia uma proposta de rebaixar o status oficial da língua russa no país. Em resposta a esta perspectiva, uma série de protestos pró-Rússia começaram em cidades do Leste e do Sul da Ucrânia e também na península da Crimeia. No caso da Crimeia, em um referendo realizado em 16 de março de 2014, 90% dos votos expressaram a vontade da população de incorporarem-se à Rússia, processo concluído pelo tratado de adesão da Crimeia à Federação Russa assinado em 18 de março de 2014 (PUTIN..., 2013). Da mesma forma, os protestos nas regiões de Donetsk e Lugansk passaram a ter um caráter separatista e a buscar por maior aproximação e integração com a Rússia.

Ao contrário da Crimeia, no entanto, esses movimentos separatistas evoluíram para um conflito armado com a tomada de prédios públicos em Donetsk e Lugansk e o envio do exército ucraniano e da Guarda Nacional, uma organização paramilitar que havia sido criada durante os protestos de Maidan para controlar as revoltas no Leste do país. A República Popular de Donetsk e a República Popular de Lugansk autodeclararam-se independentes de Kiev em 7 e 14 de abril de 2014, respectivamente. Em 22 de maio do mesmo ano, foi anunciada a criação de uma confederação envolvendo as duas repúblicas, chamada de Nova Rússia – *Novorossyia* – (BABIAK, 2014). Um ano depois, os líderes regionais anunciaram o congelamento deste projeto (KOLESNIKOV, 2015).

Apesar de, constantemente, o governo russo negar o envolvimento no conflito, e de não apoiar oficialmente um processo de adesão das repúblicas separatistas à Federação Russa, como foi o caso da Crimeia, há evidência de envolvimento de forças russas na região. Chamados informalmente de "pequenos homens de verde", soldados que não carregam a insígnia do exército russo, mas que são russófonos e estão armados com arsenal russo ocupam a região do Leste da Ucrânia, assim como na Crimeia. Ainda, de acordo com dados da OTAN, do Pentágono e do governo ucraniano à época, estimava-se a presença entre 20 mil e 45 mil soldados russos posicionados na fronteira entre Rússia e Ucrânia (RÚSSIA..., 2014). Ademais, a derrubada do voo MH17 da Malaysia Airlines, com origem de Amsterdam e destino a Kuala Lampur, em 17 de julho de 2014, enquanto sobrevoava o território controlado pelos separatistas, é motivo de forte desconfiança quanto à origem do míssil lançado. Segundo relatos, as 283 mortes de passageiros e

tripulantes ocasionadas pelo ataque foram causadas pela utilização do sistema de míssil russo BUK-TELAR, corroborando as suspeitas de envolvimento da Rússia na região (SCIUTTO, 2019).

Para além da ingerência militar, um novo decreto assinado por Putin em abril de 2019, que facilita a concessão de cidadania russa a cidadãos das regiões separatistas (GIELOW, 2019), contribui para o receio das autoridades ucranianas de que haja uma nova anexação promovida por Moscou. Tal medida se relaciona, sobretudo, com a nova abordagem de Putin sobre a questão étnico-nacional a partir de seu terceiro mandato em 2012, que inaugura um período conhecido por dar maior ênfase ao estreitamento de laços linguísticos e culturais entre a Rússia e demais países da região. Ao liderar este processo, a Rússia passa, então, a facilitar que populações que vivem fora de seu território possam também ser consideradas russas (BLAKKISRUD, 2016). A medida também pode ser entendida como uma forma de frear os avanços do exército ucraniano contra os separatistas, que poderiam ser reconhecidos pela Rússia como uma agressão aos seus nacionais.

A primeira tentativa de acordo entre as partes foi realizada através do Protocolo de Minsk, concebido na capital da Bielorrússia em setembro de 2014. O acordo, assinado por Ucrânia, Rússia e representantes das repúblicas separatistas da Ucrânia, consistia em doze pontos e previa: 1) um cessar-fogo imediato; 2) a anistia aos rebeldes que se desarmassem; e 3) um corredor para ajuda humanitária e refugiados. No entanto, o acordo fracassou e as hostilidades entre as partes combatentes continuam. Após inúmeras tentativas frustradas de cessar-fogo e de uma série de negociações, em outubro de 2019 estabeleceu-se, sob o âmbito do Fórmula Steinmeier, em alusão ao Presidente Alemão Frank-Walter Steinmeier, uma negociação entre os governos da Ucrânia, Rússia, República Popular de Donetsk, República Popular de Lugansk e da Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). O acordo prevê as eleições livres nos territórios separatistas, observadas pela OSCE, e reincorporação destes ao território ucraniano com status especial. Após o acordo, tropas separatistas começaram a se retirar de algumas cidades ocupadas (UKRAINE..., 2019). Em dezembro do mesmo ano, se reuniram na Normandia, França, o atual presidente ucraniano Volodymyr Zelensk, Vladimir Putin, Emmanuel Macron e Angela Merkel, para que fosse negociada a troca de prisioneiros entre as partes e para que fosse reiterada a necessidade da realização de eleições e negociações futuras (UKRAINE...,2019).

O conflito no Leste Ucraniano afeta cerca de 5,2 milhões de pessoas. Desse total, estima-se que 3,5 milhões necessitarão de algum tipo de ajuda humanitária para

sobreviver (OCHA, 2020a). Em 2015, apenas um ano após o início do conflito em Donbass, 925.500 pessoas haviam fugido para países vizinhos (OCHA, 2015). Já em relação ao número dos deslocados internos, os registros oficiais em 2020 indicam ao menos 1,4 milhão de pessoas. Segundo o último relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), divulgado em 12 de março de 2020, o conflito já causou a morte de 13 mil a 13,2 mil pessoas. Estima-se que este total seja composto pela morte de ao menos 3,350 mil civis, 4,1 mil soldados ucranianos, e 5,650 mil de outros grupos armados. No entanto, o mesmo relatório aponta para uma forte tendência de queda no número de vítimas. Em 2019, registrou-se a morte de 27 civis, 40,6% a menos que no ano de 2018, sendo então o ano com menor número de baixas desde o início das hostilidades (ACNUDH, 2020b).

Apesar do arrefecimento recente das hostilidades entre separatistas e forças governamentais, o conflito estende-se há seis anos. Como desdobramento dos protestos iniciados em 2013, na Praça Maidan, em Kiev, e da anexação da Crimeia pela Federação Russa, a Guerra em Donbass evidencia a disputa interna entre narrativas pró-União Europeia e pró-Rússia. Nesse sentido, o entendimento das razões que desencadearam o movimento separatista passa pela necessidade de um olhar histórico da construção da identidade ucraniana após a dissolução da União Soviética, bem como do posicionamento russo em relação aos países do chamado espaço pós-soviético. Como demonstrado pelo cessar-fogo negociado em 2019, na Normandia, um acordo de paz entre as partes necessitará da participação em conjunta entre o Kremlin e líderes europeus.

REFERÊNCIAS

ACNUDH. **Report on the human rights situation in Ukraine.** 16 November 2019 to 15 February, 2020. 12 mar. 2020. Disponível em: https://www.ohchr.org/Documents/Countries/UA/29thReportUkraine_EN.pdf. Acesso em: 12 maio 2020.

ADAM, Gabriel Pessin. **As relações entre Rússia, Ucrânia e Belarus e o papel que nelas exercem os recursos energéticos.** 2008. 273 f. Dissertação (Pós-Graduação em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2008.

BABIAK, Mat. Welcome to New Russia. **Ukrainian Policy**. 23. Maio. 2014. Disponível em: http://ukrainianpolicy.com/welcome-to-new-russia/. Acesso em: 11 maio 2020.

BLAKKISRUD, Helge. Blurring the boundary between civic and ethnic: the Kremlin's new approach to national identity under Putin's third term. In: KOLSTO, Pal; BLAKKISRUD, Helge. **The new Russian nationalism: imperialism, ethnicity and authoritarianism 2000-2015.** Edimburgo: Edinburgh University Press. 2016. pp. 249-274

GETTY IMAGES. Guerra Civil no Leste da Ucrânia. [2014?]. 1 fotografia. Disponível em: https://exame.com/mundo/entenda-a-guerra-que-matou-10-mil-pessoas-em-apenas-dois-anos/. Acesso em: 08 set. 2020

GIELOW, Igor. Decreto de Putin facilita cidadania russa a separatista da Ucrânia. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 24 abr. 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/04/decreto-de-putin-facilita-cidadania-russa-a-separatista-da-ucrania.shtml. Acesso em: 06 maio 2020.

HENDLER, Bruno. A crise na Ucrânia e os níveis de análise em Segurança Internacional: um exercício analítico a partir da Escola de Copenhagen. **Conjuntura Austral.** [Porto Alegre]. vol. 5, nº 26, out./nov.2014. pp. 4-14.

KOLESNIKOV, Andrei. **Why the Kremlin is Shutting Down the Novorossyia Project**. Carnegie Endowment for International Peace. 29 maio 2015. Disponível em: https://carnegieendowment.org/2015/05/29/why-kremlin-is-shutting-down-novorossiya-project/i96u. Acesso em: 06 maio 2020.

MIELNICZUK, Fabiano. A crise ucraniana e suas implicações para as relações internacionais. **Revista Conjuntura Austral**. [Porto Alegre], vol. 5, nº 23, abr./maio, 2014.

OCHA**. Humanitarian Needs Overview**. Ukraine. Jan, 2020. Disponível em: https://www.humanitarianresponse.info/sites/www.humanitarianresponse.info/files/documents/files/ukraine_2020_humanitarian_needs_overview_en.pdf. Acesso em 12 maio 2020.

OCHA. **Ukraine**. Disponível em: www.unocha.org/ukraine. Acesso em: 12 maio 2020.

OCHA. Ukraine Situation update No. 7 as of 14 August 2015. Disponível em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/ocha_ukraine_situation_update_number_7_14_august_2015.pdf>. Acesso em: 12 maio 2020.

PUTIN assina acordo para anexar Crimeia à Rússia. **O Globo**. 13 mar. 2014. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/putin-assina-acordo-para-anexar-crimeia-russia-11908094. Acesso em: 06 maio 2020.

RÚSSIA enviou 45 mil soldados à fronteira, diz ucraniano. **Exame**. 05 abril. 2014. Disponível em: https://exame.abril.com.br/mundo/russia-enviou-45-mil-soldados-a-fronteira-diz-ucraniano/. Acesso em: 06 maio 2020.

SCIUTTO, Jim. **The Shadow War**: Inside Russia's and China's Secret Operations to Defeat America. HarperCollins Publisher. 2019.

UCRÂNIA. Censo de 2001. **UKRCENSUS**. Disponível em: http://2001.ukrcensus.gov.ua/results/general/nationality/. Acesso em 6 maio 2020.

UKRAINE drops EU plans and looks to Russia. **Al Jazeera**. 21 nov. 2013. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/europe/2013/11/ukraine-drops-eu-plans-looks-russia-20131121145417227621.html. Acesso em: 06 maio 2020.

UKRAINE conflict: Can peace plan in east finally bring peace? **BBC NEWS**. 10 dez. 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-europe-49986007. Acesso em: 06 maio 2020.

UKRAINE and Russia agree to implement ceasefire. **BBC NEWS**. 10 dez. 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-europe-50713647. Acesso em: 06 maio 2020.

AS CRISES DO LÍBANO

Ana Clara Figueira Guimarães[1]
Jéssica Tauane dos Santos[2]

Fonte: MSALLEM, 2020.

Atualmente, o Líbano passa por uma das piores crises econômicas desde o fim da guerra civil libanesa que eclodiu em 1975 e só teve fim 15 anos depois, 45% da população vive abaixo da linha da pobreza e o desemprego chega a 35%. O que já é chamado de "catástrofe econômica" catalisou uma onda de protestos que se iniciou em outubro de 2019 e vem desde então chamando atenção. Nos protestos, libaneses acusam o governo de corrupção e incompetência, além de criticarem o sistema político do país que mantém há pelo menos três décadas uma mesma elite política no poder (AUMENTA..., 2020; SANCHA, 2020).

O país possui um sistema político confessional, isto é, as cadeiras do parlamento são divididas com base em um critério de filiação religiosa e os parlamentares devem

[1] Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais "San Tiago Dantas" (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), na área de Paz, Defesa e Segurança Internacional, com pesquisa financiada pela FAPESP. É membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES). E-mail: anaclarafigueiraguimaraes@gmail.com.
[2] Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais "San Tiago Dantas" (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), na área de Paz, Defesa e Segurança Internacional, com pesquisa financiada pela CAPES. É membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Conflitos Internacionais (GEPCI). E-mail: jessica.santos@unesp.br.

confessar sua religião, entre as 17 confissões reconhecidas, para então ocupar a cadeira destinada àquela religião (GRESH, 2005). Apesar da diversidade de credos, grosso modo, temos dois grupos predominantes: de um lado os cristãos, no qual estão inclusos os maronitas (católicos), os gregos ortodoxos e os gregos católicos; e do outro temos os muçulmanos, grupo formado principalmente por sunitas e xiitas, mas também por drusos (KNIPP, 2018).

De acordo com o formato libanês do sistema confessional, 60% das cadeiras de deputados devem ir para as diversas comunidades cristãs enquanto 40% para os muçulmanos (GRESH, 2005). O Pacto Nacional, um acordo não-escrito que institucionalizou esse sistema em 1943, estabelece que o cargo de presidente da República deve ser ocupado por um maronita, o de primeiro-ministro por um muçulmano sunita e o de presidente do Congresso por um xiita (KRAYEM, 2014).

Embora durante as décadas de 1950 e 1960 o Líbano tenha desfrutado de uma relativa estabilidade em seu sistema político e um significativo crescimento econômico, esse cenário positivo não se estendeu para as décadas subsequentes. O desenvolvimento assimétrico entre setores da economia e o aumento da desigualdade social e regional, ambos decorrentes de um crescimento econômico rápido e desequilibrado, contribuíram para a deterioração da atmosfera política no Líbano (KRAYEM, 2014). Acrescenta-se a esse quadro, a entrada massiva de palestinos, devido à Guerra Árabe-israelense de 1967 e ao Setembro Negro na Jordânia em 1970, que acabou intensificando a rivalidade entre muçulmanos e cristãos, relacionamento histórico já bastante hostil por conta das disputas políticas (LEBANON..., 2011).

O estopim da Guerra Civil Libanesa ocorreu em 13 de abril de 1975, quando quatro membros do Kata'ib (Falanges Libanesas), partido político libanês de direita, foram mortos durante um atentado contra Pierre Jumayyil, fundador do partido. O episódio suscitou confrontos entre cristãos e palestinos que se espalharam pela capital Beirute e penetraram também para o interior do país, polarizando toda a população (LEBANON..., 2011).

Essa polarização se deu principalmente em torno de dois projetos políticos. Um deles apresentado pelo agrupamento denominado Movimento Nacional Libanês (MNL), que reunia vários partidos e organizações políticas nacionalistas de esquerda e propunha a extinção do confessionalismo político e diversas reformas democráticas. O outro bloco em disputa era a Frente Libanesa, composta por forças conservadoras lideradas pelo Kata'ib que propunham um plano menos articulado baseado na descentralização política e no federalismo (KRAYEM, 2014).

Entretanto, o conflito não envolveu apenas esses dois blocos. Ações da Frente Libanesa contra palestinos ocasionaram a ingerência das principais forças da Organização de Libertação da Palestina (OLP) e do Exército de Libertação da Palestina (ELP) ao lado do MNL que, posteriormente, recebeu reforços do Exército Árabe Libanês, formado por dissidentes das forças nacionais. Um outro interessado nos resultados da guerra era o governo sírio, que já vinha mediando negociações diplomáticas e apoiou a eleição de Ilyas Sarkis à presidência. Todavia, o resultado do pleito não foi aceito pelo bloco do MNL, devido à rivalidade entre Kamal Jumblatt, líder do grupo, e o presidente sírio, Hafiz al Assad (LEBANON..., 2011).

Diante de um horizonte desfavorável para os interesses sírios uma vez que o MNL vinha sendo bem-sucedido em suas investidas, em maio de 1976, o presidente Assad decidiu intervir militarmente contra o MNL e apesar de ter tido muitas baixas, as tropas sírias acabaram conseguindo sufocar quase que completamente a resistência, dando espaço para a Frente Libanesa se fortalecer (LEBANON..., 2011).

Concomitante à guerra civil, ocorreram duas invasões do território libanês por tropas israelenses devido à escalada das desavenças e ataques entre Israel e combatentes da OLP que controlavam a região sul do Líbano. A primeira invasão aconteceu em 1978, ocasionando o desdobramento da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), e a segunda foi uma incursão em larga-escala, marcando o início da Guerra do Líbano de 1982 (LEBANON..., 2018). Com a guerra, Irã e Síria optaram por apoiar a criação do Hezbollah, um movimento revolucionário islâmico que almeja a retirada das forças de Israel (KRAYEN, 2014).

Ainda em 1982, não obstante o êxito do estabelecimento de um acordo de paz entre Líbano e Israel, mediado pelos Estados Unidos, o assassinato do presidente recém-eleito Bashir Gemayel, líder da Frente Libanesa e que contava com o amplo apoio de Israel, arruinou a execução do acordo e as tropas israelenses permaneceram em solo libanês. Amin Gemayel, foi eleito para substituir o irmão, mas não conseguiu nenhum passo significativo rumo a um acordo de paz (LEBANON..., 2011).

Em 1988, pouco antes de expirar seu mandato, Gemayel nomeou outro cristão maronita para ocupar o cargo de primeiro-ministro, o que ia contra a determinação do Pacto Nacional no sentido de que o cargo fosse ocupado por um muçulmano sunita. Diante do impasse, a capital acabou sendo dividida, de modo que o lado leste ficou sob influência de um governo cristão e o lado ocidental sob um governo muçulmano (LEBANON..., 2011).

O fim da guerra e a união dos governos só pôde ser vislumbrado com a assinatura do Acordo Taif de 1989 que marcou o começo do fim da guerra (KRAYEM, 2014). No entanto, é necessário salientar que a concordância com esse Acordo não significou o término definitivo das tensões, como demonstra o assassinato de René Moawad, que havia sido eleito presidente do país logo após a ratificação (LEBANON..., 2011).

Apesar da retirada das tropas israelenses em 2000, os ataques entre Israel e o Hezbollah continuaram, levando à eclosão da Guerra do Líbano de 2006, a qual durou de 12 de julho a 14 de agosto daquele ano. Durante o conflito, 1.109 libaneses foram mortos (em sua maioria civis), 4.399 feridos e cerca de um milhão de deslocados. Em 11 de agosto de 2006, o Conselho de Segurança das Nações Unidas exigiu o fim dos confrontos através da Resolução 1701, que foi aceita tanto pelo secretário-geral do Hezbollah, Hassan Nasrallah, quanto pelo gabinete de Israel. Assim, em 14 de agosto, um cessar-fogo foi estabelecido e, em 8 de setembro, o bloqueio naval ao Líbano foi suspenso (LEBANON..., 2018; STEAD, 2018).

Em 2017, a rivalidade entre Irã e Arábia Saudita ameaçou provocar uma nova crise no Líbano, devido ao impacto que conflitos regionais entre esses atores, assim como com Israel, têm sobre o país. A tensão se iniciou quando o primeiro-ministro libanês, o muçulmano sunita Saad Hariri, anunciou inesperadamente sua renúncia do cargo em um discurso em Riad, na Arábia Saudita. Ele alegou que havia sofrido ameaças à sua vida e acusou o Hezbollah e o Irã de controlar seu país. Nasrallah acusou a Arábia Saudita de ter obrigado Hariri a renunciar, objetivando incentivar um ataque contra o Líbano por Israel, como forma de debilitar a influência do Irã e do próprio Hezbollah. O presidente libanês, Michel Aoun, disse que só aceitaria a renúncia após conversar pessoalmente com Hariri a fim de esclarecer o ocorrido (POR QUE..., 2017).

A apreensão geral quanto à possibilidade de uma guerra regional envolvendo diversos países era bem perceptível, uma vez que o Irã apoiava o também xiita Hezbollah, enquanto que o governo da Arábia Saudita tinha um relacionamento próximo Hariri, cuja família (sunita) havia sofrido ataques anteriores do Hezbollah, como o assassinato de seu pai, em 2005, por um carro-bomba. Dessa forma, a rivalidade entre os xiitas e sunitas enraizada na região poderia abarcar conflitos entre diversos países, como Síria e Iêmen, Iraque e Bahrein e gerar “consequências devastadoras" conforme declaração do secretário-geral da ONU, Antônio Guterres (LEWIS, 2020). A situação só foi resolvida três semanas depois, quando a França intermediou as negociações e Hariri retornou para Beirute com o objetivo de reorganizar o governo (PREMIÊ..., 2017). Entretanto, a insatisfação da população devido à instabilidade e desordem administrativa figurou dentre

as pautas dos protestos, culminando em sua demissão, no dia 29 de outubro de 2019 (ALENCASTRO, 2019).

Desde esse período, o Líbano vive um cenário de protestos e manifestações populares reflexos da imensa desigualdade e crise econômica, que foi agravada pela crise do coronavírus e o consequente confinamento. Uma das propostas de solução para o colapso político seria o estabelecimento de um Estado laico, encerrando com o Pacto Nacional que representa a divisão do Estado em diversas religiões (AUMENTA..., 2020). Além disso, o sentimento "antirrefugiado" já vinha tomando força com a deterioração da economia e o aumento do desemprego, situação esta que desperta a raiva dos libaneses que acabam por culpar os refugiados por "roubar seu trabalho" (SANCHA, 2020).

Este tipo de pensamento foi alimentado por figuras governamentais, como Gebran Bassil, ministro das Relações Exteriores, que em discurso chegou a defender o envio de sírios para seu país de origem que, vale ressaltar, já caminha para o décimo ano de guerra (WINTOUR, 2019). As crises do Líbano, que martirizam a população há anos, deixam rastros de sangue no passado – entre 1989 e 2019, foram registradas 5.975 mortes – e prenunciam a continuidade da violência no futuro. Enquanto isso, o país prossegue sua derrocada e a população faminta assiste à deterioração de seu poder aquisitivo sem poder fazer nada para mudar essa realidade a não ser revoltar-se (GARCIA DA SILVA; FERNANDES, 2020; GELADEIRAS VAZIAS..., 2020, LEBANON..., 2019;).

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz F. Atribulações dos libaneses no Líbano. **UOL**. 3 nov. 2019. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/luiz-felipe-alencastro/2019/11/03/atribulacoes-dos-libaneses-no-libano.htm. Acesso em: 30 jun. 2020.

AUMENTA tensão no Líbano diante da queda da moeda e protestos. Mundo. **Correio Braziliense.** 12 jun. 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2020/06/12/interna_mundo,863258/aumenta-tensao-no-libano-diante-da-queda-da-moeda-e-protestos.shtml. Acesso em: 29 jun. 2020.

GELADEIRAS VAZIAS: um retrato da grave crise no Líbano. **G1**. 24 jun. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/06/24/geladeiras-vazias-um-retrato-da-grave-crise-no-libano.ghtml. Acesso em: 30 jun. 2020.

GARCIA DA SILVA. Matheus; FERNANDES, Marcelo. Líbano: Rebelado contra a miséria, povo ataca bancos e combate a reação com pedras e bombas incendiárias. **A Nova Democracia**. 26 jun. 2020. Disponível em: https://anovademocracia.com.br/noticias/13721-libano-rebelado-contra-a-miseria-povo-ataca-bancos-e-combate-a-reacao-com-pedras-e-bombas-incendiarias. Acesso em: 30 jun. 2020.

GRESH, Alain. O velho Líbano resiste à mudança. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Acervo Online. 1 jun. 2005. Disponível em: https://diplomatique.org.br/o-velho-libano-resiste-a-mudanca/. Acesso em: 29 jun. 2020.

KNIPP, Kersten. Drusos, uma minoria sob pressão. **Deutsche Welle**. Oriente Médio. 9 jun. 2018. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/drusos-uma-minoria-sob-pressão/a-45018802.

KRAYEM, Hassam. The Lebanese Civil War and the Taif Agreement. **American University of Beirut**. 2014. Disponível em: https://almashriq.hiof.no/ddc/projects/pspa/conflict-resolution.html. Acesso em: 29 jun. 2020.

LEBANON Number of Deaths**. UCDP**. 2019. Disponível em: https://ucdp.uu.se/country/660. Acesso em: 30 jun. 2020.

LEBANON (Civil War 1975-1991). **Global Security**. 2011. Disponível em: https://www.globalsecurity.org/military/world/war/lebanon.htm. Acesso em: 29 jun. 2020.

LEBANON profile - Timeline. **BBC**. 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-middle-east-14649284. Acesso em: 29 jun. 2020.

LEWIS, Lauren. Lembrando a morte de Rafic Hariri (1944-2005**). Monitor do Oriente Médio (MEMO)**. 14 fev. 2020. Disponível em: https://www.monitordooriente.com/20200214-lembrando-a-morte-de-rafic-hariri-1944-2005/. Acesso em: 30 jun. 2020.

MSALLEM, Charbell. Lebanon Revolution. 1 fotografia. 06 mar. 2020. Disponível em: https://www.pexels.com/photo/lebanon-revolution-17_october-freedom-3876139. Acesso em: 30 jun. 2020.

POR QUE o Líbano está no centro da disputa regional que ameaça nova crise no Oriente Médio? **BBC**. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41956854>. Acesso em: 30 jun. 2020.

PREMIÊ do Líbano cancela renúncia após acordo de governo para evitar conflitos. **Agência Brasil.** 5 dez. 2017. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-12/premie-do-libano-cancela-renuncia-apos-acordo-de-governo-para-evitar. Acesso em: 30 jun. 2020.

SANCHA, Natalia. Líbano, retrato de uma revolução. **El País**. Internacional. 20 fev. 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020/02/20/internacional/1582215668_674056.html. Acesso em: 29 jun. 2020.

STEAD, Rebecca. Remembering Israel's 2006 war on Lebanon. **Middle East Monitor (MEMO)**. July 12, 2018. Disponível em: https://www.middleeastmonitor.com/20180712-remembering-israels-2006-war-on-lebanon/. Acesso em: 29 jun. 2020.

WINTOUR, Patrick. Thousands of Syrian refugees could be sent back, says Lebanese minister. **The Guardian**. Jun 15, 2019. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2019/jun/15/thousands-of-syrian-refugees-could-be-sent-back-says-lebanese-minister. Acesso em: 29 jun. 2020.

CONHEÇA OS OUTROS PRODUTOS DO GEDES:

Observatório de Política Exterior (OPEx):
Projeto interinstitucional dedicado à produção de informes e análises sobre a Política Exterior de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, com base em reportagens veiculadas em jornais de grande circulação nos respectivos países.
Saiba mais: https://gedes-unesp.org/observatorio-de-politica-exterior/

Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas:
Projeto interinstitucional dedicado à produção de informes e análises sobre Defesa e Forças Armadas de países da América do Sul, com base em reportagens veiculadas em jornais de grande circulação.
Saiba mais: https://gedes-unesp.org/observatorio-sul-americano-defesa-forcas-armadas/

Grupo de Elaboração de Cenários Prospectivos:
Projeto dedicado ao estudo e aplicação de metodologias de elaboração de cenários prospectivos objetivando contribuir na divulgação de informações e perspectivas de cenários futuros, bem como fornecer subsídios para a tomada de decisões.
Saiba mais: https://gedes-unesp.org/cenarios-prospectivos/

ERIS:
Espaço aberto aos acadêmicos e especialistas para a publicação, em fluxo contínuo, de artigos e reflexões sobre temas de Defesa e Segurança Internacional.
Saiba mais: https://gedes-unesp.org/eris/

Atlas de Defesa Sul-Americana:
Desenvolvida no âmbito do Pró-Estratégia e Pró-Defesa 3, a plataforma online sistematiza dados sobre dimensões relevantes para informação e pesquisas em Defesa e Segurança Internacional sobre a América do Sul.
Saiba mais: https://gedes-unesp.org/atlas/

Rede Nacional de Estudos Estratégicos:
Espaço que reúne os produtos de Centros de Estudos Estratégicos civis e militares em pesquisa de ponta, bem como reflexões teóricas e metodológicas nas áreas de Paz, Defesa, Estratégia e Segurança Internacional.
Saiba mais: http://apps.unesp.br/renee/br/

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais 'San Tiago Dantas'

(Unesp, Unicamp, PUC-SP)

Praça da Sé, 108 - 3º Andar - Sé - São Paulo - SP - CEP: 01001-900
Telefone: (11) 3116-1770 / (11) 3116-1780

Site: www.santiagodantas-ppgri.org

E-mail: relinter@unesp.br

GEDES
GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA E SEGURANÇA INTERNACIONAL

Observatório de Conflitos